DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, segunda- feira, 26 de setembro de 1977 — ANO II - Nº 184

ATOS DO GOVERNADOR
DECRETOS

DECRETO Nº. 3.858 DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

Altera o artigo 2º. do Decreto nº. 3.245, de 17 de maio de 1976, que dispõe sobre a reestruturação do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 7º. da Lei nº. 5.920 e nos artigos 2º. e 3º. da Lei nº. 6.375, de 26 de novembro de 1976, combinado com o que dispõe o artigo 3º., parágrafo 5º., do Decreto - lei nº. 1.462, de 29 de abril de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º. - O artigo 2º. do Decreto nº. 3.245, de 17 de maio de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. - O Grupo de que trata este Decreto, designado pelo código LT - DAS - 100, será implantado no regime da legislação trabalhista, compreendendo funções de confiança integrantes de Tabelas de Pessoal.

Parágrafo 1º. - O disposto neste artigo não abrange as atividades de direção e assessoramento superiores inerentes às áreas de Segurança Pública e de Tributação, Arrecadação e Fiscalização de tributos do Distrito Federal, as quais serão próprias de cargos de provimento em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, designado pelo código DAS - 100, integrantes do Quadro de Pessoal.

Parágrafo 2º. - Na hipótese de ter - se originado a função de confiança, integrante do Grupo - LT - DAS - 100, da transformação de cargo em comissão ou função em comissão e de recair em funcionário a escolha para o desempenho das atividades que lhe são inerentes, realizar - se - á o provimento em cargo em comissão, código DAS - 100, considerando - se este resultante da referida transformação.

Parágrafo 3º. - O Grupo - Direção e Assessoramento Superiores será constituído pela Categoria - Direção Superior, código DAS - 101 ou LT - DAS - 101, e pela Categoria Assessoramento Superior, código DAS - 102 ou LT - DAS - 102".

Art. 2º. - A Secretaria de Administração adotará as medidas necessárias para que o Decreto nº. 3.247, de 17 de maio de 1976, esteja integralmente ajustado às normas constantes deste Decreto em 1º. de janeiro de 1978.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 19 de setembro de 1977
89º. da República e 18º. de Brasília
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO Nº 3.865 DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, da Tabela de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º - São criadas funções de confiança, mediante transformação de cargos e empregos em comissão, na forma do Anexo deste Decreto, para a composição das Categorias Direção Superior, código LT - DAS - 101 e Assessoramento Superior, código LT - DAS - 102 do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, código LT - DAS - 100, da Tabela de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Art. 2º - O provimento das funções de confiança compreendidas no Anexo, far - se - á de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 6º, do Decreto nº 3245, de 17 de maio de 1976.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão atendidas pelos recursos próprios do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 19 de setembro de 1977
89º da República e 18º de Brasília
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

A N E X O
(Decreto nº 3.865 de 19 de 09 de 1977)
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
T A B E L A D E P E S S O A L
F U N Ç Õ E S D E C O N F I A N Ç A
GRUPO - DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
NÚMERO DE CARGOS OU EMPREGOS EM COMISSÃO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO OU SÍMBOLO	NÚMERO DE FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	SUPERINTENDÊNCIA			SUPERINTENDÊNCIA	
1	Superintendente	DAS-101.2	1	Superintendente	LT-DAS-101.2
3	Assessor	DAS-102.1	5	Assessor	LT-DAS-102.1
2	Assessor	EC-03			
	GERÊNCIA DE PESQUISA E PROGRAMAÇÃO			GERÊNCIA DE PESQUISA E PROGRAMAÇÃO	
1	Gerente de Pesquisa e Programação	EC-02	1	Gerente	LT-DAS-101.1
	GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS			GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS	
1	Gerente de Desenvolvimento de Programas	EC-02	1	Gerente	LT-DAS-101.1

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

-As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

-Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

-As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

-Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

-Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

-A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti 6º andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225 6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

-O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - DO de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO Nº 06 de 24/06/76).

DECRETO Nº: 3.866 DE 14 DE SETEMBRO DE 1977

Estabelece normas para a implantação do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº. 5.920, de 19 de setembro de 1973, nos órgãos relativamente autônomos e autarquias, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º da Lei nº. 5.920, de 19 de setembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os critérios de que trata o artigo 9º da Lei nº. 5.920, de 19 de setembro de 1973, para efeito de inclusão no Plano de Classificação de Cargos dos servidores ocupantes de empregos permanentes das tabelas dos órgãos relativamente autônomos e autarquias, obedecerão às normas constantes deste Decreto.

Art. 2º - A habilitação dos candidatos integrantes de clientela originária, para efeito de transposição ou transformação de empregos para as Categorias Funcionais dos diferentes Grupos, será basicamente representada por verificação de desempenho segundo critérios práticos e objetivos a serem estabelecidos pela Secretaria de Administração.

Art. 3º - Os empregados que optarem pelas clientelas secundária ou geral, de conformidade com o disposto no artigo 14 do Decreto nº 2.373, de 24 de setembro de 1973, deverão ser submetidos a teste específico de desempenho, de caráter eliminatório, precedido de treinamento adequado em que serão considerados a natureza e as peculiaridades das atividades inerentes a cada Categoria Funcional.

Parágrafo 1º - Somente poderão concorrer, como integrantes das clientelas secundária ou geral, os empregados que possuirem o grau de escolaridade e habilitação profissional exigidos em cada caso.

Parágrafo 2º - A inclusão dos servidores de que trata este artigo será feita na classe inicial da Categoria Funcional a que concorrer, respeitados os limites da lotação.

Art. 4º - A classificação dos empregados habilitados far-se-á, quando se tratar de clientela originária, do maior para o menor salário e, no caso das clientelas secundária e geral, de conformidade com a nota obtida no processo seletivo.

Parágrafo único - No caso de ocorrer empate na classificação, terá preferência para inclusão no Plano sucessivamente:

I - o de maior tempo de serviço como titular do emprego a ser transposto ou transformado;

II - o de maior tempo de serviço prestado ao órgão ou autarquia.

Art. 5º - Na hipótese de, aplicados os critérios de preferência estabelecidos no parágrafo único do artigo anterior, continuar havendo empate na classificação, terá preferência, para inclusão no Plano, o empregado de prole mais numerosa e, se ainda perdurar o empate, o mais idoso.

Art. 6º - O prazo para opção dos empregados que desejarem concorrer como integrantes de clientela secundária ou geral será estabelecido pelo dirigente do órgão ou autarquia, após a publicação do Decreto que aprovar a respectiva lotação.

Art. 7º - Aplicam-se as normas constantes do Decreto nº 2.373, de 24 de setembro de 1973, no que não colidirem com as disposições deste Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 14 de setembro de 1977

89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria do Governo

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ LEITE COUTINHO, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS - 102.1, de Assessor, da Coordenação do Sistema de Planejamento da Secretaria do Governo do Distrito Federal.
Distrito Federal, 20 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 585.683/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar de Cozinheiro, nível 5, MARIA CAETANA DE LIMA, matrícula nº 5.258, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JORGE CAETANO

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 24.983/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Escriturário, nível 8- A, BENEVIDES TEIXEIRA MARINHO, matrícula nº 10.242, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 23.429/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Motorista, nível 8- A, ANTONIO CRUZ, matrícula nº 1.273, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 21.663/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952,

combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, nível 5, PAULO SATURNINO DE ARAUJO, matrícula nº 17.496, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 22.566/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, Código MG1 - 02.19, MARIA SILVA DE OLIVEIRA TZEMOS, matrícula nº 7.040, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 122.868/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Servente, nível 5, GERALDO DA COSTA ARAÚJO, matrícula nº 17.221, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 24.299/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item III, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, nível 8- A, EDSON ALVES DE ALMEIDA, matrícula nº 187, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
JO.. AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 23.914/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos dos artigos 176, item III, e 181, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Elementar, nível 13- B, ANTONIA DUARTE DA SILVA, matrícula nº 7.228, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 109.044/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Atendente, nível 9, JACY PEREIRA MACEDO, matrícula nº 7.451, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 53.887/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar de Portaria, nível 8- B, RAIMUNDO RIBEIRO DE SOUZA, matrícula nº 11.126, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 25.161/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar Rural, nível 3, CLARO DIAS NERY, matrícula nº 11.740, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 54.749/77,

RESOLVE:

Aposentar, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Auxiliar de Laboratório, nível 4, JOSÉ ALFREDO BATISTA DA SILVA, matrícula nº 12.851, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
JORGE CAETANO

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 054.793/77,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, AXEL VAN DER BROOCKE, Fiscal de Tributos, Código TAF- 303.3, Classe "B", matrícula nº 08.470, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC- 3, de Chefe da Seção de Cadastro Imobiliário, da Divisão de Cadastro e Informações Econômico- Fiscais, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças.
Distrito Federal, 20 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 055.555/77,

RESOLVE:

Designar EDMIRSON NUNES DE LUCENA, Agente Administrativo, Código SA- 401.3, Classe "B", matrícula nº 14.444, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC- 5, de Chefe da Seção de Preparo Processual, da Divisão de Tributação, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças.
Distrito Federal, 20 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 055.631/77,

RESOLVE:

Designar UBALDO ATAIDE CAVALCANTE, Fiscal de Tributos, Código TAF- 303.4, Classe "C", matrícula nº 07.597, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC- 3, de Chefe da Seção de Julgamento - III, da Divisão de Tributação, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças.
Distrito Federal, 20 de setembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria de Viação e Obras

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20 da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar a Arquiteta MARIA BERNARDETE DE AGUIAR AMORIM LADEIRA, para exercer a Função em Comissão Símbolo FC- 01, de Assessor Técnico do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras.

Distrito Federal, 20 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

DESPACHOS

E.M.
Nº 14/77 - SEA
Brasília, 27 de maio de 1977

Excelentíssimo Senhor Governador:

1) Em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, no sentido de ser efetivada, no prazo de 90 dias, a implantação do Plano de Classificação de Cargos nos órgãos relativamente autônomos e autarquias, à Coordenação do Sistema de Pessoal iniciou os trabalhos que lhe são afetos, os quais deverão estar concluídos até 30 de julho próximo vindouro.

2) Aprovadas as lotações, fase que deverá estar concluída até 30 de maio, serão aplicados os processos seletivos para a clientela originária e, logo a seguir, elaborados os decretos de composição das Categorias do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, bem como os de transposição ou transformação de empregos para Categorias Funcionais de empregos permanentes.

3) O Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, pelas suas atividades peculiares, pleiteia, agora, para o melhor desempenho dessas múltiplas atividades, a implantação das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, da Tabela de Pessoal daquele órgão, de conformidade com a lotação fixada pelo Decreto nº 3.674, de 02/05/77.

4) Permita - me esclarecer, Senhor Governador, que a proposição ora apresentada é de vital importância, para o referido Instituto, que se verá em condições de melhor retribuir a seus servidores bem como lhe possibilitará arrebanhar pessoal mais qualificado para o desempenho de suas complexas atribuições.

5) É oportuno lembrar que ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, compete o plenejamento e execução de todo o treinamento e seleção de pessoal do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

6) A medidc proposta acarretará um aumento mensal de despesa no valor de Cr$ 37.517,25 (trinta e sete mil, quinhentos e dezessete cruzeiros e vinte e cinco centavos), o que representa até o final do presente exercício financeiro um total de Cr$ 337.655,25 (trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros e vinte e cinco centavos).

7) Dessa forma, submeto o assunto à elevada apreciação de Vossa Excelência, anexando minuta de Decreto que dispõe sobre a composição das Categorias Direção e Assessoramento Superiores da Tabela de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

Ao Sec. de Governo:
Para examinar
Em 30/05/77
ELMO SEREJO FARIAS

Senhor Governador:

Os expedientes apresentados à análise são o resultado de troca de informações realizadas entre a SEA e SEG que, basicamente, se assentam nos seguintes pontos de vista:

a. a lotação aprovada, é a ideal; com isso, o Instituto, ao nível de necessidades e condições técnicas e viabilidade orçamentária, vai expandindo a prestação de serviços, a curto, médio e longo prazo, o que implica dizer: os recursos humanos de sua lotação ideal serão recrutados ao longo do tempo. Nesse ponto, o Secretário de Administração recomenda ao IDR guardar inteira compatibilidade entre os recursos financeiros e humanos, principalmente no exercício corrente e para o exercício de 1978 - Proposta Orçamentária.

A regra só comportaria exceção quando o organismo dispensar de recursos próprios ou foro caso de aumento geral de servidores.

b. o assessoramento superior para os casos de chefias maiores de administração geral não são tratadas na oportunidade.

Com isso, Senhor Governador, por se tratar de providência a mais para a geral execução do Plano de Classificação de Cargos, conforme faz vez o Titular da SEA, somos pela aprovação.

Em, 13 de setembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

De acordo. Aprovo
Em, 13/09/77

ELMO SEREJO FARIAS

Ao Sec. de Governo:

Para examinar.
Em, 30/05/77

ELMO SEREJO FARIAS

E.M.
Nº: 34/77 - SEA

Excelentíssimo Senhor Governador:

Com a expedição da Lei nº 6.375, de 26 de novembro de 1976 que estabeleceu como predominante o regime trabalhista para os servidores do Distrito Federal, necessário se torna a alteração do artigo 2º do Decreto nº 3.245, de 17 de maio de 1976, que dispõe sobre a estruturação do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores, para declarar que em todo o Serviço Público do Distrito Federal e nas suas autarquias, a implantação deste Grupo se deverá fazer no regime da legislação do trabalho, excetuando, apenas, como determina a Lei nº 6.375 acima citada, as áreas de Segurança Pública e de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, em que as atividades deverão continuar sendo exercidas sob regime estatutário.

Idêntica providência já se teve de adotar na esfera federal, com a expedição da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, que também estabeleceu como predominante o regime trabalhista para os servidores da União e Autarquias federais, exceção feita para as áreas de Segurança Pública; Diplomacia; Tributação, Arrecadação e Fiscalização e Ministério Público.

É de se salientar que a alteração do Decreto que dispõe sobre a estruturação do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores se torna necessária para que a Administração possa dar continuação à implantação do Plano, agora na área dos Órgãos Relativamente Autônomos e das Autarquias, conforme determinaram os textos legais em vigor.

Nestas condições, a Secretaria de Administração elaborou o anexo projeto de decreto, que altera o artigo 2º do Decreto nº 3.245, de 17 de maio de 1976, e dá outras providências, o qual tenho a honra de submeter à exclarecida apreciação e à assinatura de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e profundo respeito.

Brasília, 19 de setembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

(Assinado o Decreto nº 3.858, de 19/09/77)

PARECER Nº. 1.906 77

PROCESSO Nº.: 012.315 77
INTERESSADO: MÁRIO DE SENA BRAGA
ASSUNTO: Requer averbação de tempo de serviço.

EMENTA: TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO.

I. A averbação de tempo anterior de serviço, deverá ser fornecida pelo órgão a que pertencia o funcionário, ou a seu sucessor legal no caso de extinção ou fusão com outra entidade.

Senhor 1º. Subprocurador- Geral,

EXPOSIÇÃO

1. MÁRIO DE SENA BRAGA, Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do G.D.F., requer no presente processo a averbação de 458 dias de efetivo exercício prestados a órgão do Ministério da Agricultura, conforme comprovou- se através de Justificação Judicial que correu perante o juízo de direito da Comarca de Janaúba, M.G., cujo alvará encontra - se às fls. 02.

2. O órgão de pessoal às fls. 03 verso, solicitou que o interessado substituisse- o referido alvará de fls. 02 por uma certidão do antigo órgão empregador.

3. Depois de alegar que a providência sugerida é impossivel de atender, o funcionário sustenta que o citado alvará foi expedido de forma absolutamente legal e é a prova cabal e definitiva de seu tempo de serviço, cuja averbação pleitea.

4. O processo voltou a seguir ao Sr. Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro que depois de insistir no sentido de que a averbação se fizesse através do órgão do Ministério da Agricultura a quem compete fornecer a certidão de tempo de serviço anterior ao G.D.F., e não ser enviado diretamente, pois que tal procedimento refugiria ao procedimento usualmente adotado pelos órgãos de pessoal. Face ao problema surgido, aquela autoridade remeteu o processo à audiência da Procuradoria- Geral.

PARECER

5. Para se averbar o tempo anterior de serviço, os funcionários deverão trazer uma certidão da entidade a quem anteriormente prestaram serviços, bastando para tanto que os mesmos solicitem ao órgão de pessoal competente que expeçam o referido comprovante. No caso em tela, esse documento comprobatório deverá ser fornecido pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, segundo o que se apurou na Justificação Judicial que tramitou na Comarca de Janaúba, em Minas Gerais. Fornecida pelo Instituto a certidão, o interessado poderá requerer a sua averbação, perante a seção competente do G.D.F.

6. Na hipótese do referido Instituto tiver sido extinto ou incorporado a outra entidade, a certidão poderá ser obtida do órgão que o sucedeu.

7. Ademais, não ficou esclarecido nos autos, por que ao interessado é impossível atender a solicitação da Divisão de Cadastro Financeiro no tocante ao processamento da averbação, que alegou tão somente ser a sugestão inviável.

8. Assim concluindo, sugerimos que o interessado de posse do alvará promova as competentes gestões perante seu antigo empregador - O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - para que esse por certidão comunique ao G.D.F., o tempo anterior de serviço que se pretende averbar.

É o nosso parecer,
S.M.J.
Brasília, 1º. de agosto de 1977
CARLOS PENNA
Procurador

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral,
De acordo com o Parecer nº. 1.906/77.
O procedimento administrativo, na espécie em exame, é o recomendado nas conclusões do parecer, salvo melhor juizo.
Pela averbação de tempo anterior de serviço através de certidão própria, fornecida pelo órgão a que pertencia o funcionário, ou, no caso de extinção ou fusão, pelo órgão sucessor.

A consideração de V. Exa.
Brasília, 19 de agosto de 1977
JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º. Subprocurador- Geral

Senhor Governador:
Aprovo o Parecer nº. 1.906/77 - 1ª. SPRG de fls. 07/08, na forma do encaminhamento do Ilmo. Sr. 1º. Subprocurador Geral, Doutor JÚLIO CÉSAR SANTOS.
Trata- se de requerimento de MÁRIO DE SENA BRAGA, Agente Administrativo do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, no sentido de que sejam averbados nos seus assentamentos 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) dias de efetivo exercício prestados a órgão do Ministério da Agricultura, comprovados através de justificação judicial processada junto ao Juízo da Comarca de Janaúba, Minas Gerais.
A sentença proferida em processo de justificação não confere direito ao interessado para averbar no Distrito Federal, tempo de serviço prestado a outro órgão público. Justificação, é a simples constatação judicial, não contenciosa, da existência de algum fato ou relação jurídica (Art. 861 do C.P.C.).
O Tribunal de Contas da União assim tem decidido, conforme vê- se do enunciado da SÚMULA nº. 107, "in verbis":

"Admite- se a justificação judicial como prova de tempo de serviço, tão- somente em caráter subsidiário ou complementar a começo razoável de prova por escrito e desde que evidenciada a impossibilidade de obtenção de certidão expedida pelos órgãos próprios, à vista dos assentamentos individuais do servidor e da respectiva ficha financeira".

De conseguinte, o documento apresentado pelo interessado servirá, certamente, de prova para que ele veja reconhecido o tempo de serviço prestado ao órgão a que então pertencia. Só após essa aceitação, e, consequentemente, da expedição da certidão própria por aquela repartição, é que ele poderá pleitear sua averbação junto à Coordenação de Pessoal.

A consideração de Vossa Excelência, em 25 de agosto de 1977.
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral
De acordo.
Em, 09.09.77
ELMO SEREJO FARIAS

PROCESSO Nº.: 620372/77
INTERESSADO: Antônio Pereira de Souza
ASSUNTO: Certidão de tempo de serviço.

EMENTA - Inaplicáveis aos servidores do Distrito Federal as disposições dos Decretos nº.s 51.061/61 e 55.249/64. Inteligência da expressão "Serviço Público". As fundações embora entidades de natureza privada por definição, podem ser vistas como de caráter público, conforme os fins que realizem. A instituição de medalha de mérito é matéria de conveniência da administração. Inviabilidade da concessão.

Senhor 1º. Subprocurador - Geral:

Com o propósito "de premiar os funcionários que tenham exercido, por longo tempo, atividades no serviço público civil; ... sem falta grave; ...", foi instituída, pelo Decreto nº. 51.061, de 27 de julho de 1961, do Presidente da República, medalha de mérito.

2. ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, funcionário aposentado da Rede Ferroviária Federal S/A, com passagem pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, e, atualmente, ocupante de emprego na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com fundamento no supra citado diploma legal, requer lhe seja outorgada a "medalha - prêmio", cuja concessão acha - se disciplinada pelo Decreto nº. 55.249, de 21 de dezembro de 1964. (fls. 01).

3. Apreciando a matéria, a Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração opina contrariamente ao pedido, pois"... a láurea objeto do presente processo, situa - se apenas no campo da administração federal..." (fls. 15).

4. Inconformado, renova o servidor o pedido (fls. 18/19), buscando demonstrar a existência de seus pressupostos.

5. O assunto é, então, reapreciado (fls. 20 - V) e, estabelecida a dúvida, submete - se - o ao exame da Procuradoria - Geral (fls. 21).

A vista disso, por despacho de 25 de agosto em curso, V.Sª. solicita pronunciamento desta Assessoria.

É O RELATORIO

1. A dúvida suscitada decorre da circunstância de ser o postulante servidor público da Administração local, portanto, fora da abrangência da legislação que embasa a espécie do processo.

2. De logo diga - se, em decorrência, ser legal a tecnicamente inviável dar guarida ao pedido. A matéria está disciplinada em termos precisos e poder - se - ia, mesmo, considerando a sua natureza, desprover o pedido, "tout court".

3. Atendendo, contudo, ao estofo moral do requerente, cuja folha de serviços prestados ao Estado bem justificaria a outorga da medalha de mérito, não me parecem ociosas algumas considerações em torno do problema.

4. Do pronunciamento de fls. 14 - V, infére-se a distinção feita entre duas situações: a primeira, relativa ao tempo de serviço prestado pelo requerente à Rede Ferroviária Federal, e a segunda, como empregado da Fundação Zoobotânica, como fundamento do desamparo do requerido.

5. Com a devida vênia, não há, no reconhecimento da inaplicabilidade aos servidores do Distrito Federal, das normas constantes dos Decretos reguladores da matéria, que ater - se o intérprete na diferenciação entre "funcionário" e "servidor", órgão da Administração Indireta e fundações. Intelectualmente oneroso, "permissa vênia", tal academicismo.

6. No caso, vale bem repetir o magistério singelo do grande EPITACIO PESSOA:

"...para que se tenha direito a alguma coisa, a primeira coisa é, naturalmente, "que esta coisa exista." (in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. XVI, pág. 215) (GRIFO DO ORIGINAL)."

7. Com todo o respeito pelos pronunciamentos anteriores, a reproduzida lição do DOUTOR EPITACIO PESSOA é a razão de não se poder distinguir o postulante, pelos seus 52 anos de serviço público, pois a "medalha - prêmio" não integra o elenco das comendas instituídas pelo Governo do Distrito Federal.

Existindo medalha, o agraciamento pode ser feito. O requerente já recebeu o "Mérito Buriti", conforme diz à fls. 18.

8. Os decretos já mencionados, é bem verdade que falam em "funcionário". A exegesse finalística que comportam, entretanto, autorizam o intérprete a não perder de vista a amplitude do termo "funcionário", não se restringindo, tão - só, àqueles regidos pelo EFPCU (Lei nº. 1.711/52), ou pelo Decreto nº. 59.310/66 (Regime Jurídico dos Funcionários Policiais Civis).

Releva observar, que o pressuposto da concessão, "in casu", é o "...exercício por longo tempo (de) atividades no serviço púclico civil; (Decreto nº. 51.061/61).

Houve a preocupação de frizar, no regulamento, "a necessidade da administração pública premiar ..."(ibidem)" aos que se distinguem em seus serviços...".

9. Sob esse prisma, poderia o trato da espécie afigurar - se complicado. Incursionando pela doutrina, ver - se - á, "data venia" dos entendimentos contrários, que não.

Numa interpretação técnico - sistemática, atendendo aos supostos fáticos, vale notar as relações constantes dos decretos reguladores da concessão cogitada, entre "Serviço Público", "Administração Pública" e "funcionário".

No conjunto, as disposições dos decretos sob comentário, podem levar - nos, por raciocínio dedutivo, a eliminar dissemelhanças de natureza meramente formal, entre "funcionário" (stricto sensu) e "servidor público".

A doutrina da qual me socorrerei é vasta e boa para fixar os conceitos diretivos deste pronunciamento.

Eis o magistério de MENEGALE:

"São funcionários, em suma, todos quantos estejam relacionados com o Estado por um dever de fidelidade, porquanto assumiram a obrigação de exercer exclusivamente uma função pública, sem determinação quantitativa."

"...sobre a distinção entre funcionário e empregado, insistir em que a matriz do conceito, necessariamente unificado, de funcionário público é a idéia de serviço público..."

"Todos, porém, agentes funcionários ou agentes não funcionários, "ou sejam incorporados, ou não no regime estatutário (REPORTANDO - SE A JEZE), guardam em comum esta particularidade: estão sujeitos à disciplina do direito administrativo". (in O ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS, vol. I, Forense, Rio, 1ª edição, 1962, pág. 30) (GRIFEI).

HELY LOPES MEIRELLES, ao tratar dos "Servidores Públicos", no seu consagrado MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, diz:

"São, portanto, todos aquêles que prestam serviços às repartições estatais centralizadas ou descentralizadas..." (ERTL, S. Paulo, 2ª. edição, 1960, págs. 339/340).

Em parecer exarado no Processo nº. 18334/71, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em sessão de 21 de março de 1972, o Diretor - Geral da Corte sustentou:

> "De acordo com o Parecer 530 - H, de 5 - 7 - 67, do Dr. Consultor - Geral da República, publicado no D.O. de 20 - 7 - 67 (cópia anexa), "o vocábulo " "servidor" se aplica também aos empregados sob o regime da C.L.T." (in REVISTA DO TCU, nº. 03 - 1972, pág. 270) (GRIFEI).

JOSÉ CRETELLA JUNIOR, ao falar no Centro de Estudos do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em 29 de setembro de 1976, sobre "A EMPRESA PÚBLICA NA LEI E NA REALIDADE BRASILEIRA", observa, lembrando GARCIA OVIEDO, que:

> "Serviço é prestação, realização, "atividade" que se desenvolve para algo. Se a atividade do Estado, para cumprimento de seus fins - atividade teleológica é a atividade administrativa, ação da Administração Pública para colocar, como obra, alguma coisa, em relação com a missão do Poder Público, é um "serviço ... agentes públicos, "servem" realizam "serviços", porque realizam "prestação", porque desempenham "atividade", porque "fazem executam", alguma coisa". (GRIFOS DO ORIGINAL).

SÉRGIO DE ANDREA FERREIRA, discorrendo sobre OS SERVIÇOS PÚBLICOS NO DIREITO BRASILEIRO, "in" "ARQUIVOS", Ministério da Justiça, nº. 136, dezembro, 1975, págs. 76/86, preleciona:

> "A expressão comporta dois sentidos: o "subjetivo, orgânico ou formal, e "objetivo, material ou funcional". (pág. 76).
>
> "O "serviço público" é pois, no sentido objetivo, a atividade, sob um regime especial de direito público, que visa à satisfação de "necessidade coletiva". (pág. 77)".

> "Por vezes, a lei chama de "serviço público à atividade privada." É o caso da advocacia, como se vê no art. 68 da Lei 4.215, de 27 - 4 - 63" (pág. 78)"."...o serviço público virtual corresponde à noção de "gestão privada dos serviços públicos", compreendendo aqueles prestados por entes de direito privado, sejam criados pelo Estado (é o caso das "empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações governamentais", sejam por particulares (empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos). (pág. 83). (GRIFOS DO ORIGINAL).

Administração, portanto, significa servir, gerir serviços públicos, no escopo de um fim útil. Tem sentido amplo demais. Serviço público, como quer ALIOMAR BALEEIRO, é de natureza essencialmente política (cf. "CLÍNICA FISCAL", 1958).

No Parecer - L - 044, de 24 de dezembro de 1974, o Consultor - Geral da República critica a diversidade de "regimes jurídicos de pessoal, previstos para os serviços públicos, no sistema administrativo brasileiro", propugnando se recomponha" em toda sua plenitude o sistema administrativo legal vigente."

O requerente é empregado da Fundação Zoobotânica, regido pela Consolidação das Lei do Trabalho (fls. 12).

O DOUTOR EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, em trabalho intitulado "CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO DISTRITO FEDERAL", publicado na Revista do Serviço Público (DASP), Vol. 108, setembro/dezembro, 1973, nº. 3, diz:

> "Apesar da reforma administrativa federal não incluir as fundações entre os órgãos da administração indireta, apenas subordinando - as ao controle e à supervisão administrativas (art. 3º., Decreto - lei 900, de 29.9.1969, "a Lei nº. 4.545, de 10.12.1964, contrariamente assim o faz, mencionando - as no rol dos seus entes autônomos de administração (art. 3º nº II) (pág. 135) (GRIFEI)..

E, mais além, afirma o douto Procurador - Geral do Distrito Federal, com percuciência:

> "A Administração Indireta, no entender dos estudiosos da ciência da Administração e do Direito Administrativo, é uma forma evoluída de descentralização por serviços do Estado - Ação pluridimensional, caracterizando - se sob um prisma técnico pela natureza da especialização dos serviços, e sob um aspecto jurídico quanto à personalidade jurídica e patrimônio próprios, e maior autonomia administrativa. "São no Distrito Federal": as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista "e fundações." (GRIFEI).

MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO, "in" "A FUNDAÇÃO EMPRESA" (Revista do Serviço Público, DASP, vol. 107, maio/agosto, 1972, nº. 2), entende que "... para o Estado moderno, tudo é "serviço público" (pág. 116).

E prossegue o mestre:

> "É o caso aqui das fundações, pessoas jurídicas de direito privado, "criadas com a finalidade de direito público" (pág. 117) (GRIFEI).
>
> "Tudo reside no motivo determinante da "criação" que tende para o cumprimento de um "fim" de serviço público:" (pág. 123) (GRIFEI).

Por mais contraditória pareça a questão, uma coisa é certa: as letras dos textos que versam problemas relacionados com as fundações instituídas pelo Poder Público, não se harmonizam com os propósitos daquelas entidades.

O Consultor - Geral da República, no Parecer L - 057, discorrendo sobre Projeto de lei elaborado pelo DASP, que visa revogar a letra "c", do artigo 2º. e o art. 3º. do Decreto lei nº. 900/69, reconhece, na esteira de outros tantos que:

> "...é de ver - se que a · ição das fundações instituídas pelo Poder Público, consideradas, ainda, as suas leis institucionais "e os fins que lhes são ordinariamente atribuídos, não as faz estranhas ao complexo administrativo e, se não formalmente, materialmente corresponde - lhes a qualificação de órgãos da administração indireta" (GRIFEI).
>
> E, nas conclusões do seu pronunciamento:
>
> "b) Do ponto de vista jurídico, descabe qualquer impugnação à adoção da medida, "que é consentânea com o sistema administrativo..."(GRIFEI)".

No final de contas, as fundações tem "as virtualidades do Serviço Público", como quer CAIO TACITO (in Revista Forense, págs. 204/417 - Relatório apresentado à "Association Henri Capitain"

Muito recentemente, através do Parecer nº. 097/77 - MPAS, em processo de interesse da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, concluiu - se com acerto, aliás, que na área do Ministério da Previdência e Assistência Social, as "Fundações Públicas", assim chamadas, se equiparam a "órgãos do Poder Público. (in Diário Oficial da União, edição de 29 de agosto do corrente ano, Seção I, Parte I, págs. 11.394/11 395).

A Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, como todas as demais fundações locais, não se constituem em meras auxiliares da Administração Direta, mas possuem inequívoca natureza pública, pela sua origem, finalidades, patrimônio, exercendo atividades típicas de Estado.

10. Ante o exposto, concluo:

> I - Admito, por via exegética, que em essência, não há dissemelhança entre "funcionário" e "servidor", quer no âmbito da Administração Direta, quer no da Indireta, para efeito de outorga de medalha de mérito. Dentro de uma sistematização jurídica, os princípios inspiradores de concessão dessa espécie, não comportariam discriminações. Por indução, há de reconhecer - se a harmonia dos conceitos visando a um mesmo fim, gerado por causa idêntica.
>
> II - Apesar de reunir, salvo entendimento superior em contrário, condições para ser premiado, ao requerente não se aplicam os decretos que disciplinam a outorga, posto que, o seu processamento, normatizado pelo Decreto nº. 55.249/64, se verifica numa estrutura administrativa diferente daquela do Distrito Federal, com peculiaridades próprias;
>
> III - Além disso - e este é o verdadeiro respaldo da negativa do pedido -, como visto, inexiste a "medalha prêmio" - para os servidores civis do Distrito Federal;
>
> IV - A matéria, portanto, situa - se nos estritos limites da conveniência da Administração, cujo disciplinamento depende de um juízo de mérito do Chefe do Executivo local.
>
> V - Inviável, de conseguinte, a concessão.

É o entendimento, "sub censura".

Brasília, 31 de agosto de 1977.

EUGENIO DA ROCHA FRAGOSO
Assessor do 1º. Subprocurador - Geral

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral.

De acordo com o bem fundamentado estudo, do Assessor, Dr. Eugênio da Rocha Fragoso.

O pronunciamento de fls. 23/31 conclui pelo indeferimento do pedido inicial, uma vez que inexiste a "medalha prêmio" em questão para os servidores civis do Distrito Federal. O Decreto nº. 51.061/61, normatizado pelo do nº. 55.249/64, tem aplicação para a esfera federal.

Entendo, em consonância ainda com o estudo em exame, que a condição de "servidor" - e não funcionário público - não seria motivo de impedimento maior à concessão pleiteada.

O indeferimento impõe - se a rigor pela impossibilidade de atendimento ao pessoal do Complexo Administrativo do Distrito Federal, por ausência de tal "medalha" no elenco das instituídas pelo Governo do Distrito Federal.

Senhor Governador:

Aprovo o pronunciamento de fls. 23/31 na forma do encaminhamento do Ilmo. Sr. 1º. Subprocurador - Geral.

O senhor ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, empregado da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, requer, por contar 52 anos de serviço público, a concessão de medalha instituída pelo Decreto nº. 51.061, de 27.07.61. Referida distinção é conferida ao servidor público que somar mais de 50 anos de serviço sem a ocorrência de falta grave.

Comprovado o tempo de serviço exigido e a inexistência de falta grave. No entanto, a láurea requerida só pode ser concedida àqueles que tenham prestado 50 anos de serviço público à administração federal, não tendo sido a sua outorga autorizada pelo Executivo local através de decreto regulamentador.

Esta, a única razão para não se decidir favoravelmente ao pedido, isto é, não existe comenda assemelhada no âmbito da administração do Distrito Federal.

Quanto ao brilhante exame da extensão do conceito de servidor público feito pelo Doutor EUGENIO DA ROCHA FRAGOSO em seu abalizado parecer que ora submeto à consideração de Vossa Excelência, embora, dispensável para o deslinde da questão, aliás singela, deve ser recebido como mais um valioso estudo elucidativo sobre a impossibilidade de distinguir - se para o fim a que se propõe, em face da doutrina e de recentes diplomas legais, entre funcionários e empregados regidos pela legislação do trabalho.

Não é a condição de empregado da Fundação Zoobotânica a razão impeditiva para que se negue a medalha requerida, tendo em vista ser aquela entidade integrante da administração indireta do Distrito Federal, de natureza pública (embora de configuração jurídico - civil, tem o seu patrimônio constituído de recursos públicos, acha - se sujeita à supervisão e controle interno da Secretaria de Agricultura e Produção, ao controle externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, sendo o seu Presidente e Administração Superior nomeados pelo Governador), e ter por fim a prestação de um serviço público, mas, sim, o fato de inexistir a comenda no Distrito Federal.

A superior consideração de Vossa Excelência, em 08 de setembro de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo. Indefiro o pedido por falta de amparo legal.

Em, 09 de setembro de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

PARECER Nº: 1.905 77
PROCESSO Nº: 023.595 75
INTERESSADO: SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA.
ASSUNTO: A Comissão de Acumulação de Cargos do GDF solicita parecer sobre a existência ou não de vínculo empregatício entre a T.C.B. e servidora do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

EMENTA: a - Relação de emprego entre empregador e empregado - seus pre - requisitos (art. 3º da Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) da Consolidação das Leis do Trabalho;

b - Ato administrativo irregular, com consequente supressão pela Administração, obedecida a faculdade que lhe é peculiar.

Sr. 1º Subprocurador - Geral:

HISTÓRICO:

1. O Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. (T.C.B.) via de O.I. nº 021 /75 - CF/TCB, de 20 de junho de 1975, acusando o recebimento do processo nº 1.071 /75, relativo à ajuda de custo e transporte, no valor de Cr$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros) pagos a servidora IRENE FERRETTI, Assistente Comercial, matrícula 10.231, nível 16 - C, lotada na Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, com exercício no Escritório de Representação da NOVACAP em São Paulo, Estado de São Paulo, comunica que aquele órgão examinando essa ocorrência entendeu haver relação de emprego acumulável com o cargo que a servidora exerce naquele Escritório.

2. O Sr. Diretor Superintendente da T.C.B., dirigindo - se, via de O.I. nº 284/75 - DS - TCB, de 08 de julho de 1975, acusou o recebimento do expediente do Presidente do Conselho, adiantando o seguinte, "in verbis":

"Embora desnecessário, porque é do conhecimento do Colendo Conselho, dona Irene Ferretti vem prestando serviços relevantes à T.C.B. há muitos anos, e, evidentemente, recebendo uma importância a título de indenização para fazer face às despesas com transporte, etc. Desse fato, V.Sas. que integram esse Orgão a mais de cinco anos tem pleno conhecimento.

Lamentavelmente, somente agora fomos advertidos do fato e, de imediato, o submetemos à apreciação do nosso Serviço Jurídico, órgão capaz de dirimir dúvidas e orientar a Administração no particular.

É o que neste momento fazemos à apreciação do Conselho Fiscal o parecer emitido pelo Dr. Edmundo Adriano de Mello Baptista e ratificado pelo Chefe do Serviço Jurídico, Dr. Joaquim José Safe Carneiro:"

A dois de julho do exercício em causa, o Advogado Chefe do Serviço Jurídico da T.C.B., dirigindo - se a seu Diretor Superintendente, acolhendo os termos do parecer AJ nº 011/75, de 30 de junho do mencionado exercício, concluiu, "in verbis":

"Do exposto, opinamos no sentido de se arquivar o presente expediente, após a comunicação ao Conselho Fiscal, com cópia dos pareceres do Serviço Jurídico".

3. A 16 de julho de 1975 via de O.I. s/nº CF - TCB, o Presidente do Conselho Fiscal, dirigiu - se ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração do GDF, comunicando o fato relatado anteriormente ao Sr. Diretor Superintendente da T.C.B., discordando das conclusões do Serviço Jurídico daquela Sociedade ou seja, entendendo que há incidência de acumulação ilícita vedada pelo parágrafo 2º, do artigo 99 da Emenda Constitucional nº 1/69, adiantando que compete ao Escritório de São Paulo (SP) atender ao Complexo Administrativo do Distrito Federal, conforme o disposto na Instrução de Serviço "N" nº NOVACAP 008/65, de 18 de dezembro de 1965.

Assim sendo, solicitou que se encaminhasse o presente processo a exame e decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

4. Adiante, o processo foi a exame e decisão da Comissão de Acumulação e Classificação de Cargos da Secretaria de Administração do Distrito Federal. (fls. 02).

5. Preliminarmente, o processo foi à DP para fornecer os dados funcionais da servidora e, em seguida, à Comissão aludida.

6. Foi designado relator o colega Procurador Ildeu Diniz que se julgou impedido por ter sido diretor da T.C.B. e da NOVACAP.

7. Procedida a redistribuição coube o relator de fls. dezessete emitir seu parecer, "in verbis":

"Trata o presente processo de uma possível acumulação de cargos em que incorre a Servidora IRENE FERRETTI, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotada no Escritório Regional da NOVACAP, São Paulo, com a de empregada da T.C.B.

Em O.I. S/Nº - CF/TCB, de 16 de julho de 1975, em fls. 01, o Senhor Roberto Licio Arnaut, Presidente do Conselho Fiscal, da T.C.B., informa ao Sr. Chefe do Gabinete da Secretaria de Administração Doutor José Antonio Dias, a irregularidade em que incorre a referida servidora.

Conforme fls. 02, a mesma autoridade solicita ao Senhor Superintendente da T.C.B. a remessa do presente processo a esse órgão Colegiado.

No entanto, o Serviço Jurídico daquela empresa interpretou, conforme pareceres do Advogado Edmundo Adriano de Mello Baptista, e do Senhor Chefe daquele Serviço, Senhor J.J. Safe Carneiro, que a servidora em pauta não é empregada da T.C.B., pareceres constantes de fls. 07 a 12.

Ora, para que se verifique a acumulação de Cargos é necessário que se defina a situação da referida servidora com relação à T.C.B.

Assim é que, sou de parecer que "Seja encaminhado este processo à Procuradoria Geral do Distrito Federal solicitando parecer sobre a existência ou não do vínculo empregatício da Senhora IRENE FERRETTI com a TCB". Brasília, 09 de setembro de 1975. José Antonio Arocha da Cunha. Membro"

8. O Exmo. Sr. Secretário de Administração do D.F. acolhendo sugestão do Sr. Coordenador Geral do Pessoal, encaminhou o presente processo à PRG para emitir parecer sobre a existência ou não de vínculo empregatício entre a servidora e a T.C.B.

9. O Exmo. Sr. Procurador - Geral à época, proferiu o seguinte despacho: "in verbis": "A 1ª. SPRG, para examinar e emitir parecer"

10. O Sr. Procurador Substituto da 1ª. SPRG determinou - me à emissão do respectivo parecer.

PARECER

11. Como todo ato jurídico, o ato administrativo, requer: agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.

Implícitos estão tantos outros, requisitos, quais sejam: a manifestação da vontade, o motivo, o objeto, a finalidade e a forma.

O impulso gerador que se realiza através dos Orgãos do Estado, no exercício de suas atribuições é guardada a competência para a manifestação da vontade.

12. A Administração da T.C.B., manifestou - se a algum tempo, conforme confessa o seu Diretor Superintendente por atribuir, uma indenização a título de ajuda de custo e transporte a servidora para dar solução a problemas vinculados a sua área, com relação ao comércio e indústria de São Paulo (SP).

13. É bom recordar que a exigência de forma, para certos atos, tem por objetivo imprimir - lhes cunho de autenticidade, que contribui para a segurança do comércio jurídico.

14. Seria esse ato concorrente para a existência de acumulação de cargos?

Creio que não, pois, data vênia, nem existe relação de emprego como conceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 3º, que dispõe, "in verbis":

"Art. 3º - Considera - se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário".

15. Ora, para que haja, de um lado empregado e, de outro, empregador, mister se faz que o trabalho prestado seja permanente, continuado, não eventual, no sentido de pouca duração ou intermitência, com característica de precariedade.

A eventualidade, ocorrente no serviço, desfigura o contrato de trabalho por se verificar simplesmente o trabalho realizado fora da ocupação habitual que propicia percepção de pequenas quantias, sem feição de salário.

16. Quando muito haverá a prática de um ato irregular que, segundo definição do emérito SEABRA FAGUNDES consiste:

"atos irregulares são aqueles que, apresentando vício de pouca transcendência, ou irrelevantes, produzem efeitos, não se equiparando por isso mesmo aos que devam ser anulados ex - officio, ou mediante provocação" (págs. 192, "in" "Direito Administrativo", do Prof. Onofre Mendes Júnior).

17. Daí porque entendo inexistir relação de empregado onde não há pré - requisito para sua caracterização, quais sejam: subordinação hierárquica, salário, horário habitual, à disposição de empregador com obrigação constante, porque de maneira eventual ou de maneira avulsa.

18. Ademais, a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os macule, propiciando, com isso o seu desfazimento no que tange à situação ora proposta.

Este é meu parecer,
S.M.J.

Brasília, 03 de agosto de 1977

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
Procurador

Exmo. Sr. Dr. Procurador - Geral

Manifesto - me de acordo com a conclusão do Parecer nº 1.905/77.

Não há relação de emprego entre as partes citadas no processo, razão pela qual não se poderá cogitar de acumulação, salvo melhor juizo.

Entendo, todavia, que o ato apontado como "administrativo", no parecer em exame, é "ato de gestão". Caberá à TCB, dentro de sua autonomia, deliberar e decidir sobre o acerto da medida de pagamento em questão, nos termos em que foi colocada no processo.

A consulta de fls. versa sobre a existência ou não de vínculo empregatício, parecendo - nos correta a resposta pela negativa.

A consideração de V.Exa.

JULIO CÉSAR SANTOS
1º Subprocurador - Geral

Senhor Governador:

Aprovo o Parecer nº 1.905/77 - 1ª. SPRG na forma do encaminhamento do Ilmo. Sr. 1º Subprocurador - Geral.

Improcedente a dúvida de acumulação proibida suscitada pelo ex - Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, Sr. ROBERTO LICIO ARNAUT, quanto à servidora do Distrito Federal, Sra. IRENE FERRETTI.

A relação jurídica existente entre a TCB e a referida servidora não configura o contrato de trabalho como demonstrado "quantun satis" no cuidadoso Laudo Jurídico subscrito pelo ilustre advogado Doutor EDMUNDO ADRIANO DE MELLO BAPTISTA (fls. 06/10).

Tão pouco ocorre qualquer irregularidade no ato da administração que autorizou a prestação do serviço pela Sra. IRENE FERRETTI para a T.C.B., nas condições atuais, isto é, sem vínculo empregatício. Tal serviço tem a natureza de mera relação de trabalho, autônomo, sem subordinação hierárquica, descaracterizada, portanto, situação de empregado. (Art. 3º, CLT).

A superior consideração de Vossa Excelência, em 08 de setembro de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

De acordo. Aprovo o entendimento da Procuradoria Geral.

Em, 09/09/77.

ELMO SEREJO FARIAS

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 20 DE 08 DE SETEMBRO DE 1977

O PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL,usando das atribuições que lhe confere o inciso XVII, do Artigo 18 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3338, de 30 de julho de 1976,

RESOLVE:

Designar os servidores WASHINGTON BOLÍVAR DE BRITO JUNIOR, PAULO JOAQUIM DE MOURA e ARACY RUAS, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão que promoverá a Licitação relativa a encadernação de exemplares dos jornais Diário Oficial da União, Diário Oficial do Distrito Federal e Diário da Justiça.

Dê- se ciência. Cumpra- se. Publique- se.

Brasília, 08 de setembro de 1977
ABELARDO DA SILVA GOMES
Presidente

ATA DA 176ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL.

Aos trinta dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e sete, às dezoito horas, no segundo andar do Edifício Venâncio IV, nesta Capital Federal, reuniu - se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a presidência do Conselheiro Abelardo da Silva Gomes, presentes os Conselheiros Nelson Trancoso Meirelles, Miguel Jorge Sobrinho, Elísio Rodrigues de Araújo, João Seabra da Silva, Leia Esteves, Celso Franco de Sá Santoro e os Informantes do Centro de Internamento e Reeducação e Núcleo de Custódia de Brasília, respectivamente os Diretores Dr. Evaldo Carneiro e Renan de Oliveira Duarte. Aberta a Sessão, foi lida a ata da Sessão anterior, que em votação foi aprovada por unanimidade. LEITURA DE EXPEDIENTE: Foi recebido ofício do Diretor da Divisão de Cadastro e Processamento do DEPEN comunicando o indeferimento do pedido de graça de um sentenciado. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Conselheiro Presidente informou que brevemente este Colegiado receberá honrosamente a visita do Penitenciarista Dr. Antenor Bogea, Ex - Presidente do Conselho Penitenciário do Maranhão. O Membro Informante do CIR informou que aquele Centro Prisional recebeu a visita da Dra. Armida Bergamini Miotto, a qual ministrou aulas para os Srs. Guardas penitenciários. DISTRIBUIÇÃO DE PROTOCOLO: Foi distribuido ao Conselheiro Elísio Rodrigues de Araújo os Pedidos de Redução de Pena de José Murivaldo Filho e Agamenon Lima, protocolados, respectivamente, sob os nºs 166/77, Classe A, nº 16/77 e 156/77. Classe A, nº 14/77. JULGAMENTO: O Conselheiro Nelson Trancoso Meirelles relatou o processo de Redução de Pena de Sebastião Ferreira da Silva, protocolado sob o nº 128/77, Classe A, nº 11/77, votando pela redução de 1/10 (um décimo) do total da pena imposta. Os Conselheiros Elísio Rodrigues de Araújo e Miguel Jorge Sobrinho acompanharam o relator. Solicitou vista dos autos o Conselheiro João Seabra da Silva. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão e, para constar, eu Valtércio Magalhães Nogueira, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 1977. ABELARDO DA SILVA GOMES - Conselheiro Presidente

---

ATA DA 177ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL.

No dia primeiro do mês de setembro de mil novecentos e setenta e sete, às dezoito horas, no segundo andar do Edifício Venâncio IV, nesta Capital Federal, reuniu - se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a presidência do Conselheiro Abelardo da Silva Gomes, presentes os Conselheiros Nelson Trancoso Meirelles, Miguel Jorge Sobrinho, Elísio Rodrigues de Araújo, João Carneiro de Ulhôa, Celso Franco de Sá Santoro e o Membro Informante do Centro de Internamento e Reeducação Dr. Evaldo Carneiro. Ausentes justificadamente, os Conselheiros João Seabra da Silva, Leia Esteves e o Membro Informante do Núcleo de Custódia de Brasília, Renan de Oliveira Duarte. Aberta a Sessão foi lida a ata da Sessão anterior, que em votação foi aprovada por unanimidade. LEITURA DE EXPEDIENTE: Foram recebidos do CIR 8 (oito) ofícios comunicando, respectivamente, o recolhimento de 4 (quatro) internos procedentes do NCB, autorizados pelos Juizos competentes; encaminhando um interno para o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho; informando a evasão de um sentenciado, após burlar a vigilância e, finalmente, encaminhando cópia autenticada extraída dos Livros de Partes Diárias dos Senhores Adjuntos. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Conselheiro Presidente com votos de boas - vindas congratulou - se com o Conselheiro João Carneiro de Ulhôa, no ofício de suas obrigações penitenciárias, cujas palavras foram endossadas pelos demais Conselheiros e Senhor Membro Informante do CIR. O Conselheiro João Carneiro de Ulhôa, agradeceu as manifestações de seus pares e mostrou da sua satisfação em rever o Colegiado. O Senhor Membro Informante do CIR notificou que novamente compareceu àquele presídio a Dra. Armida Bergamini Miotto, ministrando aulas para os Srs. Agentes Penitenciários. DISTRIBUIÇÃO DE PROTOCOLO: Foi distribuido ao Conselheiro João Seabra da Silva, na forma regimental, o pedido de Redução de Pena de Francisco Santos de Jesus, protocolado sob o nº 167/77, Classe A, nº 17/77. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão e, para constar, eu, Valtércio Magalhães Nogueira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 1977. - ABELARDO DA SILVA GOMES - Conselheiro Presidente

Gabinete Civil

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

LICENÇA MÉDICA INICIAL ARTS. NºS 123.97, e 98 DA LEI Nº. 1711 DE 28.10.52

SERVIDOR: Lourival de Paula
MATRÍCULA: 2164
ASSUNTO: licença médica
DESPACHO: Concedo licença médica no período de 08.08 a 30.09.77. Atestado médico nº. 2295/77- DSM.

SERVIDOR: Icléa Castro e Silva Vieira
MATRÍCULA: 8.857
ASSUNTO: licença Gestante
DESPACHO: Concedo licença Gestante no período de 06.07. a 06.11.77.Atestado médico nº. 2211/77- DSM.

SERVIDOR: Jorge Francisco de Almeida
MATRÍCULA: 9.349
ASSUNTO: licença médica
DESPACHO: Concedo licença médica no período de 03.08 a 30.09.77. Atestado médico nº. 2211/77- DSM.

SERVIDOR: Milton César Monteiro
MATRÍCULA: 9.708
ASSUNTO: licença médica
DESPACHO: Concedo licença médica no período de 04.07 a 02.08.77. Atestado médico nº. 1983/77- DSM.

LICENÇA MÉDICA PRORROGADA ARTS. Nº. 93, 97 e 99 DA LEI Nº. 1711 DE 28.10.52

SERVIDOR: Manoel Moreira Pinto
MATRÍCULA: 1.245
ASSUNTO: licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrog. no período de 08.08 a 26.10.77.Atestado médico nº. 2159/77- DSM.

SERVIDOR: Antônio de Oliveira Bastos
MATRÍCULA: 1.279
ASSUNTO: licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrog. no período de 01.07. a 30.09.77. Atestado médico nº. 2124/77- DSM.

SERVIDOR: José Hermelindo de Oliveira
MATRÍCULA: 4078
ASSUNTO: licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 06.07 a 20.07.77.Atestado médico nº. 1887/77 - DSM.

SERVIDOR: Luiz Rodrigues de Aguiar
MATRÍCULA: 5194
ASSUNTO: licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrog. no período de 01.08 a 15.10.77. Atestado médico nº. 1902/77- DSM.

SERVIDOR: Raimundo Batista Filho
MATRÍCULA: 10.713
ASSUNTO: licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 05.08 a 03.09.77. Atestado médico nº. 2219/77- DSM.

SERVIDOR: Adail Vitor da Silva
MATRÍCULA: 12.533
ASSUNTO: Licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrog. no período de 01.07 a 31.07.77. Atestado médico nº. 1707/77- DSM.

SERVIDOR: Adail Vitor da Silva
MATRÍCULA: 12.533
ASSUNTO: Licença prorrog.
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 01.08. a 31.08.77 Atestado médico nº. 1915/77- DSM.

SERVIDOR: Waldemar Garcia
MATRÍCULA: 13336
ASSUNTO: licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 01.06 a 11.07.77. Atestado médico nº. 1860/77- DSM.

SERVIDOR: João de Oliveira Lima
MATRÍCULA: 16369
ASSUNTO: licença prorrog.
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 31.03 a 31.08.77

SERVIDOR: Sandra Silveira Sola
MATRÍCULA: 18.417
ASSUNTO: licença prorrog.
DESPACHO: Concedo licença médica prorrog. no período de 19.07. a 2.8.77 Atestado médico nº. 2019/77 - DSM.

SERVIDOR: Sandra Silveira Sola
MATRÍCULA: 18.417
ASSUNTO: Licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 03.08 a 17.08.77 - Atestado médico nº 2174/77 - DSM.

SERVIDOR: Sandra Silveira Sola
MATRÍCULA: 18417
ASSUNTO Licença prorrogada
DESPACHO: Concedo licença prorrogada no período de 18.8 a 02.09.77. - Atestado médico nº 2258/77 - DSM.

MARIA XAVIER DE ANDRADE
Chefe da Seção de Pessoal
GAG - Respondendo

AGNALDO COBRA
Diretor da Div. de Administração Geral - GAG

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 90 DE 13 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº. 1748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X, do artigo 2º. do Decreto nº. 1747, da mesma data, e tendo em vista o que consta do Proc. nº. 305.677/77;

RESOLVE:

Arbitrar 03 (três) diárias no valor unitário e total com fundamento nos artigos 135 e 136 da Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, na forma do disposto no Decreto nº. 1735 de 08 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

Matr.: nº.: 203
NOME: MÁRIO MÁRCIO DE MEDEIROS CARDOSO
CARGO: Assistente de Relações Públicas
SÍMBOLO: EC- 05
UNITÁRIO: Cr$ 829,80
TOTAL: Cr$ 2.489,40

Determinar à Seção Financeira que promova o pagamento das referidas diárias ao servidor acima relacionado.

Brasília D.F., 13 de setembro de 1977

ISAURO CARNEIRO FILHO
Diretor

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D

Atos do Superintendente

ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS

O Superintendente da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal, no uso das atribuições legais com fundamento nos Artigos 135 e 136 da Lei Nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952.

RESOLVE:

Arbitrar 05 (cinco) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, da forma do disposto ao Serviço Financeiro que promova o pagamento das diárias aos seguintes servidores:

MATRÍCULA: 3799
NOME: Carlos Wanger Fernandes de Tolentino
SÍMBOLO: EC- 03
UNITÁRIO: Cr$ 830,10
TOTAL: Cr$ 2.490,30

MATRÍCULA: 14683
NOME: JOSÉ JORGE DE MELLO
SÍMBOLO: EC- 03
UNITÁRIO: Cr$ 830,10
TOTAL: Cr$ 1.660,20

TOTAL DO ARBITRAMENTO - Cr$ 4.150,50

Brasília - DF, 12 de setembro de 1977.

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 15 DE SETEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Cláusula Décima Oitava, do Termo de Ocupação celebrado em 24.08.77, entre o Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda - SHIS, objetivando a ocupação das lojas nº. 01, 02, 03, 05 e 06, do bloco "D", e loja nº. 01 do bloco "E", da EQNM 4/6, para instalação provisória da Administração de Ceilândia,

RESOLVE:

Designar RAMAYANA DO BRASIL FIGUEIREDO, Chefe da Seção de Administração de Ceilândia, símbolo FC- 10, matrícula nº. 18.526, Executor do presente instrumento, cabendo- lhe fiscalizar e atestar a normal prestação dos serviços.

Brasília, 15 de setembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

PORTARIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Designar AGNALDO CARDOSO ABDON, Mecânico de Motores à Combustão, nível 8, matrícula nº 9.319, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de junho de 1975, substituir o Chefe da Seção de Material e Patrimônio, símbolo FC- 6, da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, no período de 26.9.77 a 25.10.77, por motivos de férias do Titular.

Brasília, 23 de setembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DESPACHO

PROCESSO Nº.: 196405/77
INTERESSADO: Administração Regional de Brazlândia
ASSUNTO: Dispensa de Licitação

DESPACHO:

No uso da competência delegada pelo Artigo 1º. Item II do Decreto "E" nº. 340 de 12 de dezembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto nº. 1718 de 16 de junho de 1971, combinado com o Artigo 3º. Inciso I alínea "f" do Decreto nº. 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação no valor de Cr$ 106.619,63 (cento e seis mil, seiscentos e dezenove cruzeiros e sessenta e três centavos), em favor da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - DEMA - Convênio GDF/FZ-DF, para fazer face às despesas com a execução de serviços na Barragem do Setor de Clubes de Brazlândia.

Brasília, 16 de setembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE-SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - ARTS. 93, 97 e 98, 99 DA LEI Nº. 1711/52.

Nome: Silvestre José da Rocha
Matr.: 00 150
L. M.: 2188.77- DSM/SEA
Período: 01.09.77 a 15.11.77

Nome: Luiz de Barros
Matr.: 02.167
A. M.: 2266.77- DSM/SEA
Período: 19.08.77 a 04.09.77

Nome: Geraldo Pedro Antunes
Matr.: 11.957
A.M.: 2322.77- DSM/SEA
Período: 26.08.77 a 30.09.77

Nome: Manuel Miranda de Oliveira
Matr.: 15 788
L.M.: 2201.77- DSM/SEA
Período: 01.09.77 a 30.10.77

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE- ARTS.: 123, 97, e 98 DA LEI Nº. 1711/52.

Nome: Manoel Cândido da Silva
Matr.: 00 546
A.M.: 2244.77- DSM/SEA
Período: 13.08.77 a 20.08.77

Nome: Jesus Ferreira
Matr.: 00.760
A. M.: 2266.77- DSM/SEA
Período: 19.08.77 a 04.09.77

Nome: João Moura da Silva
Matr.: 16 744
A. M.: 2301.77- DSM/SEA
Período: 23.08.77 a 28.08.77

Nome: Cícero Isidoro do Nascimento
Matr.: 17.121
A. M. 2288/77- DSM/SEA
Período: 25.07.77 a 31.08.77

Nome: Jesus Ferreira
Matr.: 00 760
A. M. 2436/77- DSM/SEA
Período: 05.09.77 a 04.11.77

Nome: Edson Alves de Almeida
Matr.: 187
Concedido PLTS "EX- OFFICIO", a partir de 07.08.77, até a publicação do ato concessório da APOSENTADORIA.

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE- ART. 107

Nome: Arilda Helena Gonçalves de Resende
Matr.: 18.521
A. M.: 2246/77- DSM/SEA
Período: 22.08.77 a 22.12.77

Em, 20 de setembro de 1977

ERCI MARIA DE SOUSA
Chefe da Seção de Pessoal

DIVISÃO REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Atos do Diretor

PROCESSO: 282553/76
INTERESSADO: GASPAR CAMILO ALVARES
ENDEREÇO: Lote 17, Bl. 1680, Terceira Av. Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137135/77
INTERESSADO: OSVALDO PINHEIRO TORRES
ENDEREÇO: Lote 02, Bl. 525, Avenida Contorno Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 283193/76
INTERESSADO: JAIME CAMPS SAIZ
ENDEREÇO: Lote 06, Bl. 1260, Terceira Av. Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137136/77
INTERESSADO: FRANCISCO VITORINO DE ASSUNÇÃO
ENDEREÇO: Lote 07, Bl. 465, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137198/77
INTERESSADO: GERALDO NEVES VILELA
ENDEREÇO: Lote 08, Bl. 1400, Terceira Av. Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137251/77
INTERESSADO: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE BRASÍLIA
ENDEREÇO: Lotes QeR, Area Especial nº. 02
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137196/77
INTERESSADO: MARIA ANTONIA DE MIRANDA SANTOS
ENDEREÇO: Lote 29, Bl. 1780, Terceira Av. Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137326/77
INTERESSADO: MARIA DE JESUS SANTOS SARAIVA
ENDEREÇO: Lote 08, Bloco 905, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137239/77
INTERESSADO: ELLIS LOPES DE OLIVEIRA
ENDEREÇO: Lote 04, Bl. 1145, Av. Central Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137306/77
INTERESSADO: LUZIA MARIA CORREA
ENDEREÇO: Lote 1020 - A, Terceira Avenida Comércio
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137330/77
INTERESSADO: THEOMAR DE CASTRO GODOY
ENDEREÇO: Lote 02, Bl. 1165, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Alvará de Construção
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137075/77
INTERESSADO: SEBASTIAO DA SILVA CARDOSO
ENDEREÇO: Lote 08, Bloco 565, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137076/77
INTERESSADO: GONSALO ANSELMO DE LIMA
ENDEREÇO: Lote 10, Bl. 425, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137092/77
INTERESSADO: FRANCISCA FERREIRA DE OLIVEIRA
ENDEREÇO: Lote 01, Bl. 920, Segunda Av. Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 135842/77
INTERESSADO: RUBENS FERREIRA PIMENTEL
ENDEREÇO: Lote 02, Bl. 1105, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137174/77
INTERESSADO: AIRTON ELIAS SOARES
ENDEREÇO: Lote 05, Bl. 905, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137190/77
INTERESSADO: JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA
ENDEREÇO: Lote 08, Bl. 925, Av. Central Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137191/77
INTERESSADO: HARUHIRO MATSUNAGA
ENDEREÇO: Lote 07, Bl. 655/ Av. Central Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137127/77
INTERESSADO: JOÃO PESSOA DE CARVALHO
ENDEREÇO: Lote 12, Bl. 625, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137271/77
INTERESSADO: JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
ENDEREÇO: Lote 07, Bl. 870 Terceira Av. Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137216/77
INTERESSADO: ALDECY LEITE DE OLIVEIRA
ENDEREÇO: Lote 05, Bl. 1165, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 136554/77
INTERESSADO: ELISA HELENA MACHADO
ENDEREÇO: Lote 04, Bl. 465, Av. Contorno Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

PROCESSO: 137277/77
INTERESSADO: ALCEU ALVES PINTO
ENDEREÇO: Lote 09, Bl. 420, Segunda Av. Residencial
ASSUNTO: Carta de Habite - se
DESPACHO: Defiro, publique - se e arquive - se

Núcleo Bandeirante - DF, 08 de setembro de 1977
Arq°. VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Diretor da D.R.L.F.O.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV do Artigo 21 do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº. 2.284, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo 180417/77- RA- II

RESOLVE:

Designar os servidores Arquiteto ALBERTO FARAH, Diretor da Divisão de Obras; MÁRCIO TANNUS DE ALMEIDA, Diretor da Divisão de Administração Geral; JORGE LUIZ BORGES DA SILVA ALMEIDA, Chefe da Seção de Obras e Reparos; e RAIMUNDO FÉLIX DA SILVA, Chefe da Seção Financeira, para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o processo nº. 180417/77 - RA- II.

Gama - DF, 15 de setembro de 1.977

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12 de junho de 1973, nos termos do Artigo 52, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976;

RESOLVE:

Designar os servidores Arquiteto ALBERTO FARAH - Diretor da Divisão de Obras; MÁRCIO TANNUS DE ALMEIDA - Diretor da Divisão de Administração Geral; Arquiteto JOEL ANTONIO AYRES DA SILVA, Assistente Técnico; MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES, Assistente Técnico; e RAIMUNDO FÉLIX DA SILVA, Chefe da Seção Financeira, para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o Processo nº 180.413/77 - RA - II.

Gama - DF., 16 de setembro de 1977.

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador Regional

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12 de junho de 1973, nos termos do Artigo 52, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976,

RESOLVE:

Designar os servidores Arquiteto ALBERTO FARAH - Diretor da Divisão de Obras; MÁRCIO TANNUS DE ALMEIDA, Diretor da Divisão de Administração Geral; JOZSEF DONCSECS, Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Públicos; e RAIMUNDO FÉLIX DA SILVA, Chefe da Seção Financeira, para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o Processo nº 026.280/77 - G.D.F.

Gama - DF., 16 de setembro de 1977.

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12 de junho de 1973, nos termos do Artigo 52, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

Designar os servidores Engenheiro Civil TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras; Arquiteto ALBERTO FARAH, Diretor da Divisão de Obras; Arquiteto JOEL ANTONIO AYRES DA SILVA; Assistente Técnico; MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES, Assistente Técnico; e JOZSEF DONCSCZ, Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Públicos, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão Encarregada do Recebimento da Obra da Praça localizada à entrada da Cidade, contígua à Quadra 02 - Setor Norte da Cidade Satélite do Gama, relativa a Tomada de Preços nº 01/77 - CL- - RA - II.

Gama, DF, 19 de setembro de 1977

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 260.623/77,

RESOLVE:

Autorizar a firma CONSTRUTORA MACÁRIO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LIMITADA, dar início a execução da obra de uma Escola Modulada e sua Urbanização, bem como Urbanização de uma Praça, situadas à QNL 10/12, nesta Cidade Satélite, de acordo com as especificações estabelecidas na Tomada de Preços nº 015/77 - CL - RA - III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga - DF, 09 de setembro de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975,e tendo em vista o que consta do processo nº 260.623/77,

RESOLVE:

Designar nos termos do ítem I do artigo 13 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 3.537 de 30 de dezembro de 1976, FERNANDO ANTONIO LAGES COTTA, Engenheiro Civil da FEDF, para Executor da obra de uma Escola Modulada e sua Urbanização, bem como Urbanização de uma Praça, situadas à QNL 10/12, nesta Cidade Satélite, de acordo com as especificações estabelecidas na Tomada de Preços nº 015/77 - CL - RA - III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga - DF, 09 de setembro de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do Artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto Nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 264.844/77,

RESOLVE:

Autorizar a firma PAVI - S BRASILIA - Engenharia Comércio e Indústria Ltda, dar início a execução das obras de pavimentação com blocos de concreto intertravados ou articulados das ruas de serviçosda Praça CNG, desta Cidade Satélite, de acordo com as especificações estabelecidas no Convite nº 40/77 - CL - RA - III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga - DF., 12 de setembro de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

Administrador Regional de Taguatinga

RESOLVE:

Designar nos termos do ítem I do Artigo 13 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto Nº 3.537 de 30 de dezembro de 1976 o Assistente Técnico JEOVANIO DIAS MONTEIRO, matrícula nº 19.025, para executor das obras de pavimentação com blocos de concreto intertravados ou articulados das ruas de serviços da Praça CNG,desta Cidade Satélite, de acordo com as especificações estabelecidas no Convite nº 40/77 - CL - RA - III.

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga - DF., 12 de setembro de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

Administrador Regional de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

Designar os servidores JOSÉ PAES GONÇALVES, Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula nº 11.420, MOARCY TULIO MIGUEL ANDRADE, Engenheiro Civil da FEDF, JEOVANIO DIAS MONTEIRO, Assistente Técnico, matrícula nº 19.025 e MARIA DO CARMO MENEZES, Agente Administrativo, Classe "B" SA - 401.3, matrícula nº 6.229, para comporem sob a presidência do primeiro a Comissão de Licitação de que trata o processo nº 265.434/77

Taguatinga - DF, 13 de setembro de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

Administrador Regional de Taguatinga

DESPACHOS

Processo nº.: 264.334/77
Interessado: Divisão de Obras Públicas
Assunto: Convite nº. 039/77 - CL - RA - III

DESPACHO:

Nos termos do que estabelece o Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o constante do processo nº. 264.334/77, HOMOLOGO o resultado do Convite nº. 039/77 - CL - RA - III, em favor da firma POLÍGONO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Encaminhe - se à Divisão de Administração Geral para as providências necessárias.

Taguatinga - DF, 15 de agosto de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

Processo nº: 265.267/77
Intressado: Divisão de Obras Públicas
Assunto: Convite nº 041/77 - CL - RA - III

DESPACHO:

Nos termos do que estabelece o Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o constante do processo nº 265.267/77, HOMOLOGO o resultado do Convite nº 041/77 - CL - RA - III, em favor da firma A CONSTRUTIVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Encaminhe - se à Divisão de Administração Geral para as providências.

Taguatinga - DF, 13 de setembro de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL da Administração Regional de Taguatinga, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do Artigo 39 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o constante do processo nº 265242/77 - RA - III,

RESOLVE:

Suspender por 10 (dez) dias, a partir de 15/09/77, o servidor RAIMUNDO RODRIGUES MESQUITA, Motorista Oficial, Código TP - 601.5, matrícula nº 15.963, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com base no artigo 205, combinado com o inciso III do artigo 201 da Lei nº 1.711 de 28/10/52, por infringência ao disposto nos incisos VI e IX do artigo 194 do mesmo diploma legal.

Taguatinga - DF., 12 de setembro de 1977
JOSÉ PAES GONÇALVES

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o ítem III, do artigo 21, do Regimento da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, aprovado pelo Decreto nº 2.356, de 29.08.73, combinado com o que dispõe o Decreto nº 1.703, de 31.05.71,

RESOLVE:

Designar o Engenheiro OSMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO, Diretor da Divisão de Obras, matrícula nº 19.111, Arquiteto JOÃO MACIEL DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 18.779 e SIZELMO SOUZA SILVEIRA, Assessor do Administrador, matrícula nº 18.970 e NINOTCHKA RABELO MENESES, Agente Administrativo, Classe "B", Código SA - 401.3, matrícula nº 6.822, para sob a presidência do primeiro e secretariado pela última, constituirem a Comissão de Licitação incumbida de julgar o Convite objeto do processo nº 159695/77.

Brasília - DF, 16 de setembro de 1977

Prof. OLYMPIO BARBOSA FILHO
Administrador do SRIA

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

Atos do superintendente

INSTRUÇÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, inciso VIII dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

-1- Designar o servidor TALES SOUZA FERREIRA, Motorista "E" Cód. TP. E. 201 - Ref. 23, Matrícula nº. 299, da Tabela de Empregos Permanentes desta Companhia, para exercer o Emprego em Comissão de Motorista do Superintendente, Símbolo EC- 09, da Tabela de Empregos em Comissão da CODEPLAN, aprovada pela Resolução nº. 28/76 - do Conselho de Administração.

II - Esta Instrução entra em vigor nesta data.

Brasília (DF), 19 de setembro de 1977
LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO
Superintendente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 153ª. (CENTÉSIMA QüINQUAGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 1977.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), às 9:00 (nove) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, situada no SEUPN - Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco "A", em Brasília - Distrito Federal, realizou- se a 153ª. (centésima quinquagésima terceira) reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência do Secretário do Governo do Distrito Federal e Membro Nato do Conselho, Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, e com a presença dos Conselheiros LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa e Membro Nato do Conselho, JOSÉ WAGNER DO AMARAL, JURACI CANDEIA DE SOUZA e LUIS CARLOS BOAVENTURA NEVES. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, foi apreciado o Processo nº. 741.003/77 - REF: DIRAD/DICON - BALANCETES "PATRIMONIAL E ANALITICO" DA COMPANHIA, REFERENTES AO MÊS DE MAIO DE 1977, distribuído, por sorteio, ao Conselheiro JURACI CANDEIA DE SOUZA, tendo o Conselho, com o voto do Relator, proferido decisão nos seguintes termos: "O Conselho toma conhecimento dos BALANCETES "PATRIMONIAL E ANALITICO" DA COMPANHIA, REFERENTES AO MÊS DE MAIO DE 1977, aprovados pelo Conselho Fiscal na data de 10 de agosto de 1977, conforme Parecer de fls. 07 do processo em epígrafe, e apreciados pela Diretoria Colegiada em sua 497ª. (quadringentésima nonagésima sétima) reunião ordinária realizada em 18 de agosto de 1977". RELATOR: Conselheiro JURACI CANDEIA DE SOUZA. As 10:10 (dez horas e dez minutos) o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Conselheiros presentes.

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; JOSÉ WAGNER DO AMARAL; JURACI CANDEIA DE SOUZA; LUIS CARLOS BOAVENTURA NEVES; LAIS DA COSTA PARANHOS - Secretária.

DIRETORIA

ATA DA 500ª. (QUINGENTÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 1977.

Aos seis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e sete, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no SEUPN - Av. W/3 Norte Quadra 511, Bloco "A", em Brasília, Distrito Federal, realizou - se a 500ª. (qüingentésima) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa e, com a presença dos Diretores EDMAR DIAS MATOS, GILBERTO SOBRAL e OSVALDO JANOT FILHO. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão foi por unanimidade aprovada. Em seguida, o Senhor Superintendente e os Senhores Diretores trataram de vários e importantes assuntos técnicos e administrativos de interesse desta Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Diretores presentes.

LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; EDMAR DIAS MATOS; GILBERTO SOBRAL; OSVALDO JANOT FILHO; LAIS DA COSTA PARANHOS - Secretária.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

P O R T A R I A Nº 33 /77-SEA, DE 23 DE setembro DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e tendo em vista o que dispõe o artigo 2º, do Decreto nº 3866, de 14 de setembro de 1977,

R E S O L V E :

1. Ficam aprovadas as normas anexas, destinadas ao processo seletivo para fins de transposição e transformação de empregos permanentes para as Categorias Funcionais de Grupos do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

2. O critério seletivo, ora aprovado, destina- se aos órgãos relativamente autônomos e autarquias do Distrito Federal.

3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MÉNUSIER
Secretário de Administração
do Distrito Federal

NORMAS PARA TRANSPOSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPREGOS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE GRUPOS DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DE QUE TRATA A LEI Nº 5.920, DE 19 DE SETEMBRO DE 1973. (PORTARIA Nº 33 /77-SEA, de 23 de setembro de 1977).

1. A Ficha de Habilitação destina-se à verificação de desempenho e contagem de tempo de serviço, para fins de transposição e transformação de empregos dos candidatos integrantes da clientela originária e os elementos nela lançados devem representar fielmente as anotações constantes dos assentamentos funcionais do empregado ou de registro oficial da Repartição.

2. Será obrigatório, em relação a todos os candidatos, o preenchimento da Ficha que fornecerá os elementos para habilitação e classificação dos empregados por Categoria Funcional.

D A H A B I L I T A Ç Ã O

3. Serão considerados habilitados os empregados que tiverem ingressado mediante concurso público, os que tiverem sido integrados nos quadros do órgão ou autarquia, mediante opção, nos termos da legislação em vigor, e os que contarem com mais de 90 (noventa) dias de efetivo exercício no emprego a ser transposto ou transformado.

3.1. No caso de concurso público, somente deverão ser considerados aqueles de caráter competitivo, realizados para ingresso no emprego a ser transposto ou transformado.

4. A contagem do tempo de serviço, para fins de habilitação e classificação, far-se-á até a data de início do processo seletivo, a ser fixada por ato do dirigente do órgão ou autarquia, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

5. O tempo de serviço será apurado em dias de efetivo exercício, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

6. Os candidatos não habilitados nos termos do item 3 desta Portaria, serão submetidos a teste de desempenho precedido de treinamento específico, a ser realizado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

6.1. O Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos deverá constituir Comissão Examinadora, integrada por especialistas, para planejar e organizar a aplicação do teste de desempenho, precedido de treinamento adequado às tarefas inerentes à Categoria Funcional para a qual deva o cargo ser transposto ou transformado.

6.2. Considerar-se-ão habilitados no teste de desempenho os empregados que obtiverem o mínimo de 60 (sessenta) pontos, do total de 100 (cem) atribuídos ao teste.

7. Os empregados que constituem clientela originária de Categorias Funcionais do Grupo-Artesanato, inabilitados nos termos do item 3, serão submetidos a teste de desempenho e, no caso de não lograrem aprovação, ser-lhes-á aplicado um segundo teste de desempenho precedido de treinamento.

7.1. O treinamento deverá considerar a natureza e as peculiaridades das atividades inerentes à Categoria Funcional para a qual deva o emprego ser transposto.

8. O titular da unidade de pessoal, à vista dos dados constantes da Ficha, considerará os candidatos habilitados ou inabilitados e submeterá a sua decisão à homologação do dirigente do órgão ou autarquia.

9. A divulgação dos resultados do processo seletivo far-se-á através do Diário Oficial do Distrito Federal, com a publicação dos nomes dos candidatos habilitados, relacionados por ordem alfabética e indicação dos respectivos CPF.

10 . Aos empregados inabilitados será dada vista da Ficha de Habilitação devendo constar, do ato de divulgação dos resultados, o local, a data e o horário para esse fim.

11. Caberá aos empregados considerados inabilitados um único pedido de revisão, apresentado ao dirigente do órgão ou autarquia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da vista da Ficha de Habilitação, com justificativa fundamentada.

12. O pedido de revisão será remetido, no caso de empregado inabilitado em teste de desempenho, ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que o instruirá e o restituirá, com parecer, ao órgão ou entidade a que pertencer o empregado.

D A C L A S S I F I C A Ç Ã O

13. Concluída a fase de habilitação o órgão ou autarquia elaborará a classificação dos habilitados, observados os critérios estabelecidos no artigo 4º e parágrafo único do Decreto nº 3866 , de 14 de setembro de 1977.

13.1. Divulgada a classificação, através do Diário Oficial do Distrito Federal, os empregados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para recorrer ao dirigente do órgão ou autarquia, da classificação que lhes foi atribuída.

D A S D I S P O S I Ç Õ E S G E R A I S

14. Os titulares das unidades de pessoal e do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, deverão manter, sob sua responsabilidade, os elementos referentes às fases do processo seletivo realizado em cada área, a fim de que se possa verificar, a qualquer tempo, a exatidão das informações solicitadas.

14.1. A transposição ou transformação de qualquer emprego não homologa situações que posteriormente venham a ser constatadas através de sindicância ou inquérito, que conclua pela impropriedade dos pontos atribuídos.

Brasília, 23 de setembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
do Distrito Federal

DISTRITO FEDERAL | PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

FICHA DE HABILITAÇÃO

(PORTARIA Nº 33 ,DE 23 DE setembro DE 1977)

ÓRGÃO RELATIVAMENTE AUTÔNOMO OU AUTARQUIA

GRUPO

CATEGORIA FUNCIONAL

CAMPO I - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

NOME:
EMPREGO ATUAL:
LOTAÇÃO:
CPF:

CAMPO II - FORMA DE INGRESSO - TEMPO DE SERVIÇO

FORMA DE INGRESSO	TEMPO DE SERVIÇO
ADMITIDO POR CONCURSO - ☐	NO EMPREGO A SER TRANSPOSTO OU TRANSFORMADO -
ADMITIDO SEM CONCURSO - ☐	NO ÓRGÃO OU AUTARQUIA -
INTEGRADO - ☐	

CAMPO III - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

DECISÃO DO TITULAR DA UNIDADE DE PESSOAL	TESTE DE DESEMPENHO
ORIENTOU E SUPERVISIONOU O PREENCHIMENTO DA PRESENTE FICHA DE HABILITAÇÃO E COM FUNDAMENTO NOS DADOS REGISTRADOS, CONSIDERA O EMPREGADO _____ (APTO OU SUJEITO A TESTE DE DESEMPENHO)	O EMPREGADO A QUE SE REFERE ESTA FICHA DE HABILITAÇÃO FOI SUBMETIDO A TESTE DE DESEMPENHO, TENDO SIDO CONSIDERADO _____ (APTO OU INAPTO)
EM DE DE 19	EM DE DE 19
ASSINATURA	ASSINATURA

CAMPO IV - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO A DECISÃO DO TITULAR DA UNIDADE DE PESSOAL.

EM DE DE 19

DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU AUTARQUIA

DISTRITO FEDERAL | PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

FICHA DE HABILITAÇÃO

(PORTARIA Nº 33 ,DE 23 DE setembro DE 1977)

ÓRGÃO RELATIVAMENTE AUTÔNOMO OU AUTARQUIA

GRUPO

CATEGORIA FUNCIONAL

CAMPO I - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

NOME:
EMPREGO ATUAL:
LOTAÇÃO:
CPF:

CAMPO II - FORMA DE INGRESSO - TEMPO DE SERVIÇO

FORMA DE INGRESSO	TEMPO DE SERVIÇO
ADMITIDO POR CONCURSO - ☐	NO EMPREGO A SER TRANSPOSTO OU TRANSFORMADO -
ADMITIDO SEM CONCURSO - ☐	NO ÓRGÃO OU AUTARQUIA -
INTEGRADO - ☐	

CAMPO III - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

DECISÃO DO TITULAR DA UNIDADE DE PESSOAL	TESTE DE DESEMPENHO
ORIENTOU E SUPERVISIONOU O PREENCHIMENTO DA PRESENTE FICHA DE HABILITAÇÃO E COM FUNDAMENTO NOS DADOS REGISTRADOS, CONSIDERA O EMPREGADO _____ (APTO OU SUJEITO A TESTE DE DESEMPENHO)	O EMPREGADO A QUE SE REFERE ESTA FICHA DE HABILITAÇÃO FOI SUBMETIDO A TESTE DE DESEMPENHO, TENDO SIDO CONSIDERADO _____ (APTO OU INAPTO)
EM DE DE 19	EM DE DE 19
ASSINATURA	ASSINATURA

CAMPO IV - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO A DECISÃO DO TITULAR DA UNIDADE DE PESSOAL.

EM DE DE 19

DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU AUTARQUIA

DISTRITO FEDERAL | PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

FICHA DE HABILITAÇÃO

(PORTARIA Nº 33 ,DE 23 DE setembro DE 1977)

ÓRGÃO RELATIVAMENTE AUTÔNOMO OU AUTARQUIA

GRUPO

CATEGORIA FUNCIONAL

CAMPO I - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

NOME:
EMPREGO ATUAL:
LOTAÇÃO:
CPF:

CAMPO II - FORMA DE INGRESSO - TEMPO DE SERVIÇO

FORMA DE INGRESSO	TEMPO DE SERVIÇO
ADMITIDO POR CONCURSO - ☐	NO EMPREGO A SER TRANSPOSTO OU TRANSFORMADO -
ADMITIDO SEM CONCURSO - ☐	NO ÓRGÃO OU AUTARQUIA -
INTEGRADO - ☐	

CAMPO III - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

DECISÃO DO TITULAR DA UNIDADE DE PESSOAL	TESTE DE DESEMPENHO
ORIENTOU E SUPERVISIONOU O PREENCHIMENTO DA PRESENTE FICHA DE HABILITAÇÃO E COM FUNDAMENTO NOS DADOS REGISTRADOS, CONSIDERA O EMPREGADO _____ (APTO OU SUJEITO A TESTE DE DESEMPENHO)	O EMPREGADO A QUE SE REFERE ESTA FICHA DE HABILITAÇÃO FOI SUBMETIDO A TESTE DE DESEMPENHO, TENDO SIDO CONSIDERADO _____ (APTO OU INAPTO)
EM DE DE 19	EM DE DE 19
ASSINATURA	ASSINATURA

CAMPO IV - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO A DECISÃO DO TITULAR DA UNIDADE DE PESSOAL.

EM DE DE 19

DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU AUTARQUIA

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 017.618/74
INTERESSADO: JOÃO EVANGELISTA TRINDADE DE ABREU
ASSUNTO: Processo Administrativo

DECISÃO

A Comissão de Processo Administrativo designada para apurar os fatos noticiados no Processo nº 17.618/74, conforme Portaria de 08 de abril de 1976, publicada no "Distrito Federal" nº 58, do dia 20 do mesmo mês e ano, concluiu os seus trabalhos no entendimento de que o ex - servidor JOÃO EVANGELISTA TRINDADE DE ABREU, ex - ocupante do cargo de Auxiliar de Artífice de Motores a Combustão, nível 05, matrícula nº 11.748, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, responsável pelo acidente de tráfego ocorrido em 25 de maio de 1974, na pista de acesso Formosa - Brasília, no qual foi envolvida a viatura oficial, marca Volkswagen, tipo Kombi, placa DF - OF - 4457, por ter sido exonerado, a pedido, conforme Decreto de 19 de novembro de 1974, publicado no "Distrito Federal" nº 182, do dia 27 do mesmo mês e ano, não está passível de sofrer sanção administrativa.

Quanto à importância de Cr$ 10.766,90 (dez mil, setecentos e sessenta e seis cruzeiros e noventa centavos), despendida na recuperação da viatura, recomendou a Comissão fosse promovida a cobrança, através da Procuradoria Geral.

Acolho as conclusões da Comissão e determino o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral, com vistas a adoção da providência proposta.

Brasília, 20 de setembro de 1977

JORGE CAETANO
Secretário de Administração
Substituto

PROCESSO Nº: 012.610/74
INTERESSADO: DEUSDEDITE GONÇALVES DOS SANTOS
ASSUNTO: Processo Administrativo

DECISÃO

A Comissão de Processo Administrativo designada para apurar o acidente de tráfego noticiada no Processo nº 012.610/74, conforme Portaria de 18 de dezembro de 1975, publicada no "Distrito Federal" nº 195, do dia 23 do mesmo mês e ano, concluiu os seus trabalhos no entendimento de que os autos deveriam ser arquivados, vez que os danos causados à viatura oficial foram regularmente indenizados pelo servidor DEUSDEDITE GONÇALVES DOS SANTOS, Motorista, nível 07, matrícula nº 7.424, da Tabela de Emprego da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, responsável pelo acidente.

Como o poste de iluminação pública não sofreu qualquer avaria e, ainda, considerando que o referido servidor teve seu contrato de trabalho rescindido em 07 de maio de 1974, acolho as conclusões da Comissão, determinando, entretanto, o encaminhamento do Processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal para ciência e posterior arquivamento.

Brasília, 20 de setembro de 1977

JORGE CAETANO
Secretário de Administração
Substituto

PROCESSO Nº: 006.820/75
INTERESSADO: BENVINDO BARCELOS RANGEL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO

DECISÃO

A Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria de 03 de março de 1977, publicada no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 46, de 09 do mesmo mês e ano, incumbida de apurar os fatos denunciados no processo em referência, concluiu os seus trabalhos, no entendimento de que as faltas ao serviço, ocorridas no período de 21 de fevereiro a 31 de março de 1975, por parte do servidor BENVINDO BARCELOS RANGEL, estavam justificadas, através das Licenças Médicas concedidas, conforme informação de fls. 12.

Assim, sendo, acolho as conclusões da Comissão processante, para considerar descaracterizado o ilícito apontado contra o servidor BENVINDO BARCELOS RANGEL, Agente de Portaria, Classe "A", Código TP - 602.1 , aposentado por Decreto de 24 de março de 1977, determinando o arquivamento do processo.

Brasília, 21 de setembro de 1977
JORGE CAETANO
Secretário de Administração
Substituto

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta.

RESOLVE:

Remover DONIZETTI JOSÉ DE ALMEIDA, cargo: Agente Administrativo - Classe "B", nível: Cód. 401.3, matrícula nº 09.042, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do (a) COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL, para o Gabinete, desta Secretaria.

Distrito Federal, 02.09.77

JEREMIAS LEITE DA SILVA

Chefe da Seção de Pessoal - DAG - SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "a", do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta do O.I. nº 200/77, de 29.08/77

RESOLVE:

Remover EURÍPEDES DIAS DE ANDRADE, cargo: MARCENEIRO, nível: 08, matrícula nº 08.862, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do (a) COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL, para COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS, desta Secretaria.

Distrito Federal, 08 de agosto de 1977

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG - SEA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo nº: 24731/77
Interessado: Comercial Brasília de Placas Ltda.
Assunto: Inclusão de grupos
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.

Em, 01 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 24966/77
Interessado: José Ribamar Neiva e Cia. Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.

Em, 01 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 24762/77
Interessado: Livraria Eldorado Brasília Ltda.
Assunto: Retificação de Nota de Empenho e Prorrogação do prazo de entrega (item 201 - NE nº 680/77 - DPC)
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1. Autorizar a retificação do item, de AS TRÊS MARIAS - de Marques Rabelo - Ed. J. Olympio, para AS TRES MARIAS - de Rachel de Queirós - Ed. J. Olympio.

2. Pela suspensão da contagem do prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho em epígrafe, a contar de 25 de agosto de 1977 até a data em que for dada à requerente ciência desta decisão.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle e posteriormente à Divisão de Compras para as providências pertinentes.

Em, 01 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 24987/77
Interessado: Copalimpa - Produtos de Limpeza e Utilidades Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.

Em, 01 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 20939/77
Interessado: Seção de Material e Patrimônio
Assunto: Aquisição de material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite nº 103/77 - SPC - DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide adjudicar o fornecimento do material à firma EDITORA GRÁFICA VERA CRUZ LTDA.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em, 01 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 24970/77
Interessado: CLIN - Comércio e Representações de Materiais de Limpeza Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo - se - lhe o Certificado respectivo com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GMC - 03. Não foram considerados os GMC - 11, 27; GS - 04 e GMP - 11.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.

Em, 01 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 022482/77
Interessado: Carl Zeiss do Brasil S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.667ª Reunião (Ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais e prestação de serviços classificáveis nos GEI - 04, 07 e 09 e GS - 38.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLVIEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 024561/77
Interessado: Tiradentes Médico - Hospitalar Ltda.
Assunto: Pedido de inclusão de grupos
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide: 1) deferir o pedido de inclusão dos grupos GMC - 03, 12 e 13; e 2) denegar a inclusão dos grupos GMC - 99 e GMP - 99.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências de sua alçada.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISDO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 21824/77
Interessado: Cremer S.A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.662ª Reunião (Ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado com prazo de validade até 30.06.78, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá - la no Distrito Federal.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GMC - 09.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 017574/77
Interessado: Comercial Tipogresso Estrela Ltda.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a suspensão da contagem do prazo de entrega do material de que trata a N.E. nº 350/77 - DPC, a partir de 23.07.77, ficando a requerente sujeita a multa correspondente a 30 (trinta) dias de atraso.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras, para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 022414/77
Interessado: Seção de Material e Patrimônio
Assunto: Aquisição de material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite nº 105/77 - SPC - DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1. Desclassificar as propostas das firmas Madeireira Zacarias Comércio e Indústria Ltda., Mareisa S.A. Comércio e Indústria e Sebba S.A. Comércio e Indústria para o ítem 1º.
2. Aproveitar a proposta da firma A Construtiva Material de Construção Ltda, para o ítem 5º.
3. Adjudicar o fornecimento do material na seguinte forma:

A CONSTRUTIVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ítens 1º e 5º;
MADEIREIRA ZACARIAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - ítens 3º e 4º;
MAREISA S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA - ítem 2º e
SEBBA S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA - ítem 6º.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 023697/77
Interessado: Seção de Material e Patrimônio
Assunto: Aquisição de material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite nº 104/77 - SPC - DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pela revogação do presente Convite.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº.: 024463/77
Interessado: Tecnogeral S.A. - Comércio Indústria
Assunto: Prorrogação de prazo de entrega
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido de prorrogação do prazo de entrega da Nota de Empenho nº. 599/77 - DPC, formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº.: 024601/77
Interessado: Mesbla S.A.
Assunto: Alteração de Nota de Empenho
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido de alteração do item 01 da Nota de Empenho nº. 528/77 - DPC, para o tipo proposto.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº.: 025138/77
Interessado: Plantel S.A.
Assunto: Retificação da Nota de Empenho
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

I - Autorizar a alteração da marca do artigo de que trata o item 37 da Nota de Empenho nº. 557/77 - DPC, de WINDSOR para TILIBRA.

II - Autorizar suspensão da contagem do prazo no período compreendido entre a autuação do processo e a de conhecimento, por parte da requerente, desta decisão.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle para as providências, pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FRETIAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº.: 25368/77
Interessado: Metal - Arte Indústrias Reunidas S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 06 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 022373/77
Interessado: Comercial Olímpica de Artigos Desportivos Ltda.
Assunto: Pedido de inclusão de grupos
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do relator, decide autorizar a inclusão dos grupos GMC - 17 e GMP - 11 e 21, bem como denegar a inclusão dos grupos GMC - 31, GEI - 12 e GMP - 07 e 12.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação, para as providências pertinentes.

Em, 08 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 022424/77
Interessado: Seção de Material e Patrimônio/SES
Assunto: Aquisição de material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite nº 106/77 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do relator, decide:

1. Desclassificar as propostas das firmas Lojas Blumenau Textil e Utilidades Ltda. e Riachuelo - Othon S.A. Comércio, Importação.
2. Adjudicar o fornecimento do material constante do ítem único da presente licitação à firma MAGAZIN BI - BA - BO LTDA.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle, para as providências pertinentes.

Em, 08 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 022429/77
Interessado: Seção de Material e Patrimônio/SEG
Assunto: Aquisição de material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite nº 108/77 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator decide pela revogação do presente Convite.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras, para as providências de sua alçada.

Em, 08 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 24698/77
Interessado: Monteverde - Engenharia Comercio e Indústria S.A.
Assunto: Inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do relator, decide manter o indeferimento proferido na 1.674º. Reunião (Ordinária) de 30.08.77, do pedido de inscrição.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em, 08 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 25497/77
Interessado: Casa das Fechaduras e Ferragens Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo - se - lhe o Certificado respectivo com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos GMC - 03, 11, 25, 27, 28 e 30; GMP - 17.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em, 08 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 025520/77
Interessado: Sarco S.A. Indústria e Comércio
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em, 08 de setembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 025529/77
Interessado: Arco Iris - Papelaria Comércio e Representações Ltda.
Assunto: Pedido de inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em 08 de setembro de 1977
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 25565/77
Interessado: Biotest S.A. Produtos Biológicos e Farmacêuticos
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 08 de setembro de 1977
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 13 DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Artigo 7º do Decreto nº 3.537 de 30 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Alterar, na forma dos quadros I e II, em anexo, os valores destacados à Divisão de Cadastro Financeiro, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração e à Seção de Orçamento e Finanças, da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, para movimentação no 3º trimestre, face o que consta dos Decretos nºs. 3.850 e 3.852 de 13 de setembro de 1977.

Brasília - DF, 20 de setembro de 1977

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Secretário de Saúde

ANEXO I A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 13 DE 20 / setembro / 1.977.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE SAÚDE

ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - CSP/SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO	ELEMENTO DE DESPESA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SES/2.043	- Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde		
	- Pessoal e Encargos Sociais	9.989.481,00	10.009.481,00
TOTAL GERAL		9.989.481,00	10.009.481,00

ANEXO II A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 13 DE 20 /setembro/ 1.977.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE SAÚDE

ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS-DAG/SES

ATIVIDADE E/OU PROJETO	ELEMENTO DE DESPESA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SES/ 2.043	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
3.1.3.2	- Outros Serviços de Terceiros.....	221.843,00	221.843,00
3.1.4.0	- Encargos Diversos	65.400,00	65.400,00
SES/ 1.089	- CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA		
4.1.1.0	- Obras Públicas	5.008.800,00	5.008.800,00
SES/ 1.091	- RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE PROFILAXIA DA RAIVA		
4.1.1.0	- Obras Públicas	794.400,00	794.400,00
FHDF/1.805	- CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MANUTENÇÃO		
4.3.3.0	- Auxilios para Obras Públicas	2.690.000,00	2.690.000,00
FHDF/1.806	- CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERESCOLAR DE SAÚDE DE BRASILIA		
4.3.3.0	- Auxílios para Obras Públicas	3.360.000,00	3.360.000,00
FHDF/2.807	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL		
3.2.7.5	- Diversas Transferências Correntes		
	- Pessoal e Encargos Sociais	105.053.600,00	115.053.600,00
02	- Serviços de Terceiros - Remuneração de Serviços Pessoais	60.000,00	60.000,00
03	- Outros Custeios	10.003.000,00	10.003.000,00
08	- Diversas	3.000.000,00	3.000.000,00
	TOTAL GERAL	130.257.043,00	140.257.043,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

CONSELHO DELIBERATIVO

DECISÃO Nº 64/77

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 173ª. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

1) - aprovar a Reformulação Orçamentária, objeto do Processo nº 469.689/77 - FHDF,

2) - recomendar o cumprimento do parágrafo 2º do artigo 28 do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976.

Brasília, 22 de setembro de 1977.

Newton Muylaert de Azevedo
Nylson Araujo de Oliveira e Cruz
Paulo Argolo da Cruz Rios
Hurandir Mesquita Motta
Pedro Caram Zuquim
Newton Ruben Sholl Serpa
Olympio Bandeira da Silva Cascaes

ORÇAMENTO POR ORIGEM DOS RECURSOS

Cr$ 1,00

PROJETOS / ATIVIDADES	G.D.F.	PRÓPRIOS	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	TOTAL
FHDF 1.002 - EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	2.500.000	-	2.500.000
FHDF 1.005 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DA CEILÂNDIA	-	-	1.000.000	1.000.000
FHDF 1.006 - AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	-	-	87.862.424	87.862.424
FHDF 1.007 - REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR	-	17.090.558	33.229.902	50.320.460
FHDF 1.008 - REFORMA E MELHORAMENTO DA REDE HOSPITALAR	-	8.107.187	22.484.992	30.592.179
FHDF 1.009 - CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO GUARÁ II	-	103.854	-	103.854
FHDF 1.108 - COMBATE AO CÂNCER	-	480.856	-	480.856
FHDF 1.109 - COMBATE À TUBERCULOSE	-	228.564	-	228.564
FHDF 1.805 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MANUTENÇÃO	6.000.000	-	-	6.000.000
FHDF 1.806 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO I. DE SAÚDE DE BRASÍLIA	8.000.000	-	-	8.000.000
FHDF 2.085 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE MATERNO INFANTIL	-	529.360	-	529.360
FHDF 2.807 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	372.116.600	217.661.799	-	589.778.399
T O T A I S	386.116.600	246.702.178	144.577.318	777.396.096

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1.977
POR FUNÇÃO, PROGRAMA, SUBPROGRAMA, PROJETO E ATIVIDADE

Cr$ 1,00

R E C E I T A			D E S P E S A		
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES	SIT.ATUAL	SIT. NOVA	FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADE	SIT.ATUAL	SIT. NOVA
1.0.0.00 - RECEITAS CORRENTES			FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO		
			PROGRAMA 75 - SAÚDE		
1.3.0.00 - RECEITA INDUSTRIAL	195.172.298	195.172.298	SUBPROGRAMA 021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
1.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			FHDF 1.805 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MANUTENÇÃO	6.000.000	6.000.000
CONTRIBUIÇÕES DO GDF	362.116.600	372.116.600	FHDF 1.002 - EQUIPAMENTO E REEQUIP.DA ADM.GERAL	2.500.000	2.500.000
1.5.0.00 - RECEITAS DIVERSAS	10.629.854	10.629.854	SUBPROGRAMA 198 - FORMAÇÃO P/O SETOR TERCIÁRIO		
			FHDF 1.806 - CONSTRUÇÃO DO C.I. DE SAÚDE DE BRASÍLIA	8.000.000	8.000.000
2.0.0.00 - RECEITAS DE CAPITAL			SUBPROGRAMA 428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		
			FHDF 1.005 - CONSTRUÇÃO DO HOSP.REGIONAL DA CEILÂNDIA	1.000.000	1.000.000
2.2.0.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	144.577.318	144.577.318	FHDF 1.006 - AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	87.862.424	87.862.424
2.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			FHDF 1.007 - REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR	50.320.460	50.320.460
2.4.2.00 - AUXÍLIOS DO GDF	14.000.000	14.000.000	FHDF 1.008 - REFORMA E MELHORAMENTO DA R.HOSPITALAR	30.592.179	30.592.179
			FHDF 1.009 - CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO P.S.GUARÁ II	103.854	103.854
SUPERAVIT FINANCEIRO	40.900.026	40.900.026	FHDF 1.108 - COMBATE AO CÂNCER	480.856	480.856
			FHDF 1.109 - COMBATE À TUBERCULOSE	228.564	228.564
			FHDF 2.085 - DESENV.PROGRAMA DE S.MATERNO INFANTIL	529.360	529.360
			FHDF 2.807 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FHDF	579.778.399	589.778.399
TOTAL DA RECEITA	767.396.096	777.396.096	TOTAL DA DESPESA	767.396.096	777.396.096

ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 1.977.

RECURSOS PRÓPRIOS E RECURSOS DO GDF

Cr$ 1,00

PROJETOS / ATIVIDADES	E L E M E N T O S D E D E S P E S A S													TOTAL
	3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.4.2	3.2.5.0	3.2.7.0	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.3.0	4.2.6.0	
FHDF 1.002 EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DA ADM. GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000	1.000.000	-	-	2.500.000
FHDF 1.005 CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DA CEILÂNDIA	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
FHDF 1.006 AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	-	-	-	-	-	-	-	-	87.862.424	-	-	-	-	87.862.424
FHDF 1.007 REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.839.422	6.831.038	650.000	14.000.000	50.320.460
FHDF 1.008 REFORMA E MELHORAMENTO DA REDE HOSPITALAR	-	-	-	-	-	-	-	-	30.592.179	-	-	-	-	30.592.179
FHDF 1.009 CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO P. S. DO GUARÁ II	-	-	-	-	-	-	-	-	103.854	-	-	-	-	103.854
FHDF 1.108 COMBATE AO CANCER	-	300.000	-	120.000	-	-	-	-	-	13.807	47.049	-	-	480.856
FHDF 1.109 COMBATE À TUBERCULOSE	-	1.964	29.000	188.850	-	-	-	-	-	8.750	-	-	-	228.564
FHDF 1.805 CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE MANUTENÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000	-	-	-	-	6.000.000
FHDF 1.806 CONSTRUÇÃO DO CISB	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000	-	-	-	-	8.000.000
FHDF 2.085 DESENVOLVIMENTO P. SAÚDE MATERNO INFANTIL	51.140	200.000	-	91.890	-	-	-	-	-	91.963	94.367	-	-	529.360
FHDF 2.807 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	299.129.600	95.373.501	80.801.298	5.250.000	1.800.000	5.000.000	59.924.000	42.500.000	-	-	-	-	-	589.778.399
T O T A I S	299.180.740	95.875.465	80.830.298	5.650.740	1.800.000	5.000.000	59.924.000	42.500.000	133.558.457	30.453.942	7.972.454	650.000	14.000.000	777.396.096

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, MARIA DAS GRAÇAS DE ARAUJO CUNHA, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC - 14, de Assistente da Assessoria Especial desta Presidência.

Brasília, 16 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA

Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, BERNARDO RAFAEL NUNES, Auxiliar de Contabilidade, matrícula 047 da TEP, para substituir, durante o período de férias, de 13/09 a 12/10/77, a Secretária da Coordenação de Administração Financeira, do Departamento de Administração desta Fundação.

Brasília, 16 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar ARILDA FERREIRA DE SOUZA, para substituir, durante o período de 14/09 a 07/12/77, a Assistente Técnico do Departamento de Ação Comunitária, enquanto a titular estiver em gozo de licença gestante.

Brasília, 16 de setembro de 1977
EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 16.05.77, que concedeu ao servidor AUGUSTO PEREIRA DA SILVA, Motorista, matrícula 225 da TEP, a Gratificação de Motorista Auxiliar de Gabinete, da Tabela de Gratificação de Representação por Exercício em Gabinetes de Diretorias, desta Fundação.

Brasília, 16 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Conceder, a partir desta data, ao servidor AUGUSTO PEREIRA DA SILVA, matrícula 225 da TEP, a Gratificação de Motorista dos Diretores, da Tabela de Gratificação de Representação por Exercício em Gabinetes de Diretorias, desta Fundação.

Brasília, 16 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 21.05.76, que designou MARIA DAS GRAÇAS AZEVEDO, Auxiliar Administrativo I, matrícula 627 da TEP, para responder pelo emprego em comissão, símbolo EC- 14, de Chefe da Seção Administrativa da Coordenação de Ação Comunitária II do Gama, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 19 de setembro de 1977.

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, NIVALDO DIAS ROCHA, Ajudante de Escritório, matrícula 086 da TEP, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC- 14, de Chefe da Seção Administrativa da Coordenação de Ação Comunitária II do Gama, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 19 de setembro de 1977.

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 19 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Autorizar FRANCISCO ALVES BEZERRA, motorista, matrícula 166 da TEP, a viajar à cidade de Trindade - Goiás, no dia 19.09.77, conduzindo viatura oficial desta Fundação, concedendo - lhe uma diária.

Brasília, 19 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

RESOLUÇÃO Nº. 36/1977

Altera o Orçamento Interno por Programas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício de 1977.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Processo nº. 1043/76- FSSDF e o disposto no Decreto nº. 3.842 de 05.09.77.

RESOLVE:

1. Alterar o Orçamento Interno por Programas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o fim de Suplementá- lo no valor de Cr$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil), nas dotações orçamentárias do seguinte Programa Interno:

PROGRAMA 10 - COORDENAÇÃO SUPERIOR E ADMINISTRAÇÃO GERAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO..... Cr$ 50.000,00
3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS..... Cr$ 1.450.000,00

2. A suplementação de que trata o item primeiro desta Resolução, será financiada com recursos, disponíveis, provenientes das seguintes fontes:

a) Crédito suplementar à Secretaria de Serviços Sociais no valor de Cr$ 1.230.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta mil cruzeiros), em favor da Fundação do Serviço Social, aberto pelo Decreto nº. 3.842 de 05 de setembro de 1977;

b) Pela anulação parcial no valor de Cr$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros) de dotação próprias do seguinte Programa Interno:

PROGRAMA 30 - BEM ESTAR DO MENOR
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO..... Cr$ 270.000,00

3. Os valores de que trata a presente Resolução integrará aos Programas, na forma dos quadros nºs. 01, 02, 03 constantes do Processo nº. 1.043/76- FSSDF

Esta Resolução entra em vigor a partir desta data observando o que dispõe o item II, artigo 28 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira/77, aprovada pelo Decreto nº. 3.537 de 30 de dezembro de 1.976, revogadas as disposições em contrario.

Brasília, 6 de setembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES

JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM

VITAL DE MORAES ANDRADE

JENNY ANTUNES DE SOUZA

JOSÉ MANOEL COELHO

JOÃO FELICIO SCARDUA

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 01.09.77, que designou JOSELINA DIAS DE ALENCAR RIBEIRO, Assistente Social I, matrícula 108 da TEP, para responder pelo emprego em comissão, símbolo EC- 04, de Coordenador de Ação Comunitária II de Ceilândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.
Brasília, 20 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor- Presidente- Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, LÚCIA DE FÁTIMA BATISTA DE ALMEIDA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 034 da TEP, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC- 14, de Chefe da Seção Administrativa da Coordenação de Ação Comunitária II de Ceilândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.
Brasília, 20 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor- Presidente- Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, MARIA DAS GRAÇAS BIBAS DOS SANTOS, matrícula 188, para exercer o emprego em comissão símbolo EC- 08, de Sub- Coordenador de Ação Comunitária II de Ceilândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.
Brasília, 20 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor- Presidente- Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, JOSÉ NIVARDO VALENTE DE CARVALHO ROSA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 639 da TEP, do emprego em comissão, símbolo EC- 14, de Chefe da Seção Administrativa da Coordenação de Ação Comunitária II de Ceilândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.
Brasília, 20 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor- Presidente- Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, JUREMA PEIXOTO SOUSA, Assistente Social I, matrícula 019 da TEP, do emprego em comissão, símbolo EC- 05, de Chefe da Divisão do Serviço Social no Campo da Saúde, do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência, desta Fundação.
Brasília, 20 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor- Presidente- Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, JUREMA PEIXOTO SOUSA, Assistente Social I, matrícula 019 da TEP, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC- 04, de Coordenador de Ação Comunitária II de Ceilândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 20 de setembro de 1977

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor- Presidente- Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, LÚCIA DE FÁTIMA BATISTA DE ALMEIDA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 034 da TEP, do emprego em comissão, símbolo EC- 16, de Secretário do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência, desta Fundação.

Brasília, 20 de setembro de 1977.

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, Assistente Social I, matrícula 392 da TEP, do emprego em comissão, símbolo EC- 08, de Sub- Coordenador de Ação Comunitária II de Ceilândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 20 de setembro de 1977.

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977

O DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 29.06.77, que concedeu à servidora DIONE SOLANO DOS SANTOS, Ajudante de Escritório, matrícula 091 da TEP, a Gratificação de Auxiliar de Gabinete III, da Tabela de Gratificação de Representação por Exercício em Gabinetes de Diretorias, desta Fundação.

Brasília, 20 de setembro de 1977.

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

INSTRUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1977.

O DIRETOR -PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar,a partir desta data,a servidora DIONE SOLANO DOS SANTOS, Ajudante de Escritório, matrícula 091 da TEP, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC- 16, de Secretária do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência, desta Fundação.

Brasília, 20 de setembro de 1977.

EDIVARDES VIANA PEREIRA
Diretor - Presidente - Substituto

GDF. SSS. FSSDF.
ASSESSORIA DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
QUADRO Nº 01 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 36 DE 06 DE SETEMBRO DE 1 977.
SITUAÇÃO ANTERIOR

CÓDIGO DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	PROGRAMA INTERNO				TOTAL
	10- PR/DA	20- D.C.	30- B.E.M.	40- A.P.C.	
3.0.0.0 -DESPESAS CORRENTES	9.991.300	8.545.000	12.017.000	5.071.000	35.624.300
3.1.0.0 -DESPESAS DE CUSTEIO	8.358.000	7.600.000	6.222.000	3.351.000	25.531.000
3.1.1.1 -PESSOAL CIVIL	5.000.000	7.000.000	4.000.000	3.031.000	19.031.000
3.1.2.0 -MATERIAL DE CONSUMO	1.320.000	300.000	2.180.000	320.000	4.120.000
3.1.3.0 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.358.000	-0-	42.000	-0-	1.400.000
3.1.4.0 -ENCARGOS DIVERSOS	350.000	300.000	-0-	-0-	350.000
3.1.5.0 -DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES	330.000	-0-	-0-	-0-	330.000
3.2.0.0 -TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.633.300	945.000	5.795.000	1.720.000	10.093.300
3.2.3.0 -TRANSFERÊNCIA DE ASSIST.PREVID.	227.300	-0-	-0-	-0-	227.300
3.2.5.0 -CONTRIBUIÇÃO DE PREV. SOCIAL	766.000	600.000	600.000	500.000	2.466.000
3.2.7.0 -DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	640.000	345.000	5.195.000	1.220.000	7.400.000
4.0.0.0 -DESPESAS DE CAPITAL	6.509.808	-0-	3.600.000	-0-	10.109.808
4.1.0.0 -INVESTIMENTOS	6.509.808	-0-	3.600.000	-0-	10.109.808
4.1.1.1 -OBRAS PÚBLICAS	6.109.808	-0-	-0-	-0-	6.109.808
4.1.2.0 -SERVIÇOS EM REGIME PROG.ESPECIAL	-0-	-0-	3.600.000	-0-	3.600.000
4.1.3.0 -EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	350.000	-0-	-0-	-0-	350.000
4.1.4.0 -MATERIAL PERMANENTE	50.000	-0-	-0-	-0-	50.000
T O T A L	16.501.108	8.545.000	15.617.000	5.071.000	45.734.108

QUADRO Nº 02 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 36 DE 06 DE SETEMBRO DE 1 977
SITUAÇÃO NOVA

CÓDIGO DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	PROGRAMA INTERNO				TOTAL
	10 - PR/DA	20 - D.C.	30 - B.E.M.	40 - A.P.C.	
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES	11.491.300	8.545.000	11.747.000	5.071.000	36.854.300
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO	9.858.000	7.600.000	5.952.000	3.351.000	26.765.000
3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL	5.000.000	7.000.000	4.000.000	3.031.000	19.031.000
3.1.2.0 - MATERIAL DE CONSUMO	1.370.000	300.000	1.910.000	320.000	3.900.000
3.1.3.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.808.000	-0-	42.000	-0-	2.850.000
3.1.4.0 - ENCARGOS DIVERSOS	350.000	300.000	-0-	-0-	350.000
3.1.5.0 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	330.000	-0-	-0-	-0-	330.000
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.633.300	945.000	5.795.000	1.720.000	10.093.300
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIA DE ASSIST.E PREVIDÊNCIA	227.300	-0-	-0-	-0-	227.300
3.2.5.0 - CONTRIBUIÇÃO DE PREVID. SOCIAL	766.000	600.000	600.000	500.000	2.466.000
3.2.7.0 - DIVERSAS TRANSFRÊNCIAS CORRENTES	640.000	345.000	5.195.000	1.220.000	7.400.000
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL	6.509.808	-0-	3.600.000	-0-	10.109.808
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS	6.509.808	-0-	3.600.000	-0-	10.109,808
4.1.1.1 - OBRAS PÚBLICAS	6.109.808	-0-	-0-	-0-	6.109.808
4.1.2.0 - SERVIÇOS EM REGIME DE PROG.ESPECIAL	-0-	-0-	3.600.000	-0-	3.600.000
4.1.3.0 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	350.000	-0-	-0-	-0-	350.000
4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE	50.000	-0-	-0-	-0-	50.000
T O T A L	18.001.108	8.545.000	15.347.000	5.071.000	46.964.108

QUADRO Nº 03 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 36 DE 06 DE SETEMBRO DE 1.977

(CR$ 1.00)

CÓDIGO	PROGRAMAS - PROJETOS - ATIVIDADES	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
10 -	COORDENAÇÃO SUPERIOR E ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.501.108	18.001.108
1.01 -	Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenvolvimento Comunitário	6.109,808	6.109.808
2.01 -	Manutenção das Atividades de Coordenação Superior e Administração Geral	10.391.300	11.891.300
20 -	DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	8.545.000	8.545.000
1.02 -	Integração da Comunidade	315.000	315.000
2.02 -	Manutenção das Atividades do Departamento de Ação Comunitária	8.230.000	8.230.000
30 -	BEM ESTAR DO MENOR	15.617.000	15.347.000
1.03 -	Acolhimento, Triagem, Internamento e Semi-Internamento de Menores	1.344.000	1.344.000
1.04 -	Colocação Familiar	1.050.000	1.050.000
1.05 -	Assistência Integral ao Menor Abandonado e/ou Carente	1.002.000	1.832.000
1.06 -	Atenção ao Pré-Escolar Carente	3.251.000	3.251.000
1.07 -	Preparação e Colocação do Menor no Trabalho	40.000	40.000
1.09 -	Plano Especial de Aplicação dos Recursos do Serviço Público de Parqueamento	3.600.000	3.600.000
2.03 -	Manutenção das Atividades do Departamento de Bem Estar do Menor	5.330.000	5.230.000
40 -	ATENDIMENTO AOS ESTRATOS POPULACIONAIS CARENTES	5.071.000	5.071.000
1.08 -	Assistência e Orientação aos Estratos Populacionais Carentes	1.040.000	1.040.000
2.04 -	Manutenção das Atividades do Departamento de Educação Para Saude e Assistência	4.031.000	4.031.000
	T O T A L	45.734.108	46.964.108

RESOLUÇÃO Nº 37/77

Autoriza a celebração do contrato de Prestação de Serviços entre esta Fundação e o Ministério do Trabalho - Convênio SINE/DF, visando a operacionalização do "Programa de Emprego do Distrito Federal".

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o que consta do processo nº 025.188/77,

RESOLVE:

Autorizar o Diretor- Presidente a celebrar o contrato de Prestação de Serviços entre esta Fundação e o Ministério do Trabalho - Convênio SINE/DF visando a operacionalização do "Programa de Emprego do Distrito Federal", no que se refere à disponibilidade de recursos humanos para o desenvolvimento de seus projetos, de acordo com os termos constantes do processo supracitado.

Brasília, 06 de setembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
VITAL DE MORAES ANDRADE
JOSÉ MANOEL COELHO
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
JENNY ANTUNES DE SOUZA
JOÃO FELICIO SCARDUA

RESOLUÇÃO Nº. 38/1977

Aprova a alteração do Orçamento Sintético da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício de 1.977.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no artigo 28, inciso II, Decreto nº. 3537 de 30 de dezembro de 1.976,

RESOLVE:

1. Alterar o Orçamento Sintético da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o presente exercício financeiro, na forma dos quadros nºs. 01, 02 e 03 constantes do Processo FSSDF - nº. 0930/76.

2. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 06 de setembro de 1.977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
JOÃO FELICIO SCARDUA
VITAL DE MORAES ANDRADE
JENNY ANTUNES DE SOUZA
JOSÉ MANOEL COELHO

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 1 977

SITUAÇÃO NOVA

QUADRO Nº 01 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 38 /1 977

RECEITA		DESPESA	
FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA -PROJETO- ATIVIDADE	
1.0.0.00- RECEITAS CORRENTES	40.794.300	FUNÇÃO	15. Assistência e Previdência
1.2.0.00- Receita Patrimonial	180.000	PROGRAMA	81. Assistência
1.4.0.00- Transferências Correntes	38.854.300	SUBPROGRAMA	21. Administração Geral
		FSS/2.047	-Manutenção das Atividades da Fundação do Serviço Social do DF..... 37.254.000
1.5.0.00- Receitas Diversas	3.760.000	FSS/1.	-Plano Especial de Aplicação dos Recursos do Serviço Público de Parqueamento 3.600.000
2.0.0.00- RECITAS DE CAPITAL	6.169.808		
2.3.0.00- Alienação de Bens Móveis e Imóveis	50.000	SUBPROGRAMA	15. Edificações Públicas
2.4.0.00- Amortização de Empréstimos Concedidos	10.000	FSS/1.095	-Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenvolvimento Comunitário..... 6.109.808
2.5.0.00- Transferências de Capital	6.109.808		
	46.964.108		46.964.108

QUADRO Nº 12 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 39 /1977

CÓDIGO	ELEMENTO E SUBELEMENTO DE DESPESA	PROJETO / ATIVIDADE FSS/2.047	FSS/1.095	FSS/1.	TOTAL
3.1.1.1.	- PESSOAL CIVIL	19.031.000			19.031.000
3.1.2.0	- MATERIAL DE CONSUMO	3.900.000			3.900.000
3.1.3.2	- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.850,000			2.850.000
3.1.4.0	- ENCARGOS DIVERSOS	650.000			650.000
3.1.5.0	- DESPESAS DE EXERCICIO ANTERIORES	330.000			330.000
3.2.3.0	- TRANSFERENCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	227.300			227.300
3.2.5.0	- CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDENCIA SOCIAL	2.466.000			2.466.000
3.2.7.6	- PESSOAS	2.900.000=			2.900.000
3.2.7.9	- DIVERSOS	4.500.000			4.500.000
4.1.1.0	- OBRAS PÚBLICAS		6.109.808		6.109.808
4.1.2.0	- SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL			3.600.000	3.600.000
4.1.3.0	- EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	350.000			350.000
4.1.4.0	- MATERIAL PERMANENTE	50.000			50.000
	TOTAL	37.254.300	6.109.808	3.600.000	46.964.108

QUADRO Nº 13 A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 39 /1977

CÓDIGO	PROJETO/ATIVIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS PRÓPRIOS	FUNDEF	GDF	TOTAL
FSS/2.047	- Manutenção das atividades da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.	400,000	-	36.854,300	37.254,300
FSS/1.095	- Construção e ampliação de unidades de Atendimento do Menor e Desenvolvimento Comunitário.	-	2.459,808	3.650,000	6.109,808
FSS/1.01	- Plano Especial de Aplicação dos Recursos do Serviço Público de Parqueamento.	3.600,000	-	-	3.600,000
	TOTAL	4.000,000	2.459,808	40.504,300	46.964,108

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 394/77 - C.A.:

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores VALMIR ALVES AMORIM - Processo nº 091.329/77, JOSÉ DE ALMEIDA COUTO - Processo nº 091.520/77 e FLORECILDA GONÇALVES MORAIS - Processo nº 091.206/77".

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro - Relator

RESOLUÇÃO Nº 395/77 - C.A.:

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

"Tornar sem efeito, por unanimidade, à Resolução 146/77 - C.A., de 29.03.77, para DEFERIR a solicitação do Senhor EVERALDINO RAMOS DE MORAIS, devendo o interessado ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades existentes à Empresa".

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro - Relator

RESOLUÇÃO Nº 396/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade,

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade as solicitações dos Senhores ROGÉRIO CARNEIRO LEÃO - Processo nº 091.384/77, OLIVEIROS VIEIRA DE SIQUEIRA - Processo nº091.332/77 e MARIA ALEXANDRINA DE FIGUEIREDO - Processo nº 091.500/77".

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro Relator.
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 397/77 - C.A.:

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores CARLOS DE ARAÚJO - Processo nº. 091.075/77, WALDOMIRO DUTRA DE LEMOS - Processo nº. 091.383/77 e RAIMUNDO ANDRADE SILVA - Processo nº. 091.435/77".

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro - Relator
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 398/77 - C.A.:

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ALÍRIO BARBOSA INOCENCIO - Processo nº. 085.385/77 e ROMILDO ALVES - Processo nº. 091.499/77".

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro - Relator

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 399/77 - C.A.:

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores LUIZ VIEIRA DE CARVALHO - Processo nº. 091.393/77, VALDENI MACIEL ARAÚJO - Processo nº. 091.519/77 e MARIA SOARES DE AQUINO - Processo nº. 091.330/77".

Brasília, 12 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro - Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 424/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora MEIRE ANTONIA CABREIRA IBANES - Processo nº. 093.369/77, devendo a interessada ser atendida em conformidade às normas e disponibilidades existentes à Empresa".

Brasília, 31 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro - Relator

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 425/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora CARMELITA BERNADES CABRAL - Processo nº. 079.546/77, mantendo à decisão anterior do Conselho de Administração".

Brasília, 31 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro - Relator

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 426/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Por unanimidade, tornar sem efeito, a Resolução nº. 183/77 - C.A., de 22.04.77, para Deferir a solicitação do Senhor ANTONIO VERAS DE ARAÚJO - Processo nº. 055.668/76, que deverá ser atendido consoante as normas e disponibilidades existentes à Empresa".

Brasília, 31 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro - Relator

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 427/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"Deferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora JOSEFA ANA DA SILVA - Processo nº. 074.423/77, sendo que a postulante deverá ser atendida consoante as normas e disponibilidades existentes à Empresa".

Brasília, 31 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro - Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 428/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora RITA DE CASSIA GOMES DE SOUZA - Processo nº. 084.393/77, ratificando à decisão anterior do Conselho de Administração".

Brasília, 31 de agosto de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro - Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 429/77 - C..A.

Dispõe sobre celebração de Contrato de Empreitada entre a firma ENACO e esta Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo item VII, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA, Capítulo III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Por unanimidade, autorizar a celebração de Contrato de Empreitada entre a SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS e a firma ENACO - Empresa Nacional de Construções Ltda., nos termos da minuta de fls. 49 à 58, do Processo nº. 088.679/77, devidamente rubricadas".

Brasília, 2 de setembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro - Relator

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 430/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ANTONIO LEAL SOBRINHO - Processo nº. 093.874/77 e FRANCISCO SACHAGAS BARROS - Processo nº. 093.875/77".

Brasília, 02 de setembro de 1.977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro - Relator

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 431/77 - C.A.:

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor FIDELIS DE SOUZA CORREIA - Processo nº. 093.943/77".

Brasília, 02 de setembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro - Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 432/77 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade:

RESOLVE:

"Por unanimidade, tonar sem efeito, a Resolução nº. 257/77 - C.A., de 27.05.77, para indeferir a solicitação do Senhor RENATO JOSÉ LEITE DE CASTRO LEITAO - Processo nº. 084.780/77, uma vez que a renda do interessado ultrapassa os limites estabelecidos pelo Sistema Financeiro da Habitação".

Brasília, 02 de setembro de 1977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro - Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

PAULO GALEGO
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº. 433/77- C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA- TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações das Senhoras ROSÁLIA DOS SANTOS ARAÚJO - Processo nº. 093.870/77, NEUSA ALVES DE SOUZA REIS - Processo nº. 093.862/77 e do Senhor ILVO VIEIRA SAMPAIO - Processo nº. 093.941/77".

Brasília, 02 de setembro de 1.977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro
PAULO GALEGO
Conselheiro
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro - Relator

RESOLUÇÃO Nº. 434/77- C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA- TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor INGOMAR BECKER - Processo nº. 093.859/77".

Brasília, 02 de setembro de 1.977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro- Relator
PAULO GALEGO
Conselheiro
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº. 435/77- C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA - TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores BENEDITO AURELIO XIMENES - Processo nº. 093.939/77 e VICENTE FERREIRA DE ARAÚJO - Processo nº. 093.878/77".

Brasília, 02 de setembro de 1.977

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro
ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro
HUGO SCHMIDT
Conselheiro
PAULO GALEGO
Conselheiro- Relator
CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

Sessão de 15 de setembro de 1977

Processo nº: 621902/77- FZ.
Interessado: JOÃO NOGUEIRA DE REZENDE
Assunto: Requer enquadramento do Contrato de arrendamento no Decreto nº 2.739/74.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO.

RESOLUÇÃO Nº 332- A

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 232a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO,

RESOLVE:

Autorizar a assinatura de aditivo contratual, referente ao arrendamento do lote nº 36, do Núcleo Rural Vargem da Benção, firmado em 30.02.67, entre a NOVACAP e o Sr. JOÃO NOGUEIRA DE REZENDE, adaptando- o às normas contidas no Decreto nº 2.739/74, de acordo com o parecer da Procuradoria Jurídica às peças 141/142, deste processo.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

Processo nº: 2725/75- FZ.
Interessado: GERALDO JOSÉ MARTINS DE GODOY.
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 130, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO.

RESOLUÇÃO Nº 333- A

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 232a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 130, do Núcleo Rural do Rio Preto, ao Sr. GERALDO JOSÉ MARTINS DE GODOY, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

Processo nº: 622385/77-FZ.
Interessado: FRANCISCO TARGINO DE SIQUEIRA
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 54 do Núcleo Rural de Taguatinga.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO.

RESOLUÇÃO Nº 334

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 232a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 54, do Núcleo Rural de Taguatinga, ao Sr. FRANCISCO TARGINO DE SIQUEIRA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

Processo nº: 1437/75- FZ.
Interessado: SEÇÃO DE PATRIMONIO- DA/FZDF
Assunto: Propõe a incorporação dos materiais relacionados às peças 51, no patrimônio da Entidade.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO.

RESOLUÇÃO Nº 338

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 232a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Autorizar a incorporação, no acervo patrimonial da Entidade, dos materiais relacionados às peças 51 deste processo, com exceção do item 4, tendo em vista que o material constante deste item já foi incorporado.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

Processo nº: 6651/76- FZ.
Interessado: FLOREST- FLORESTADORA BRASILIA S/A.
Assunto: Requer o arrendamento da Área Isolada 02- Taquara Pipiripau, para reflorestamento.
Relator: JAYME LEIRO VILAN.

RESOLUÇÃO Nº 339

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 232a. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instuiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento da Área Isolada no 02-Taquara Pipiripau com 1.410 hectáres à FLOREST- FLORESTADORA S/A, condicionando a lavratura do respectivo contrato a liberação da área pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília- CAESB, Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU e a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal nos termos do artigo 3º, parágrafos 3º e 4º do Decreto nº 2.739/74, alterado pelo Decreto nº 3.301 de 07.07.76.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente
JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro
RENATO ARAUJO SAMPAIO
Conselheiro

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

Telebrasília

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1.977.

C.G.C. nº 00058578/0001-07

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), às 16:00 (dezesseis) horas, na sede social, sita no Setor Comercial Sul, Bloco "E", Edifício TELEBRASÍLIA, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária acionistas da Telecomunicações de Brasília - S.A. - TELEBRASÍLIA, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e no final desta ata. Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social, o Presidente da Sociedade, Dr. Areno Pires, declarou instalada a Assembléia Geral, tendo o representante do Distrito Federal, Dr. Emmanuel Francisco Mendes Lyrio, devidamente investido nessa condição, proposto para presidi-la o acionista majoritário Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, representada pelo Dr. Paulo Eduardo Tassano Sigaud, Diretor Econômico-Financeiro. Aceito por aclamação, ao assumir a Presidência, indicou a mim, Diomar de Matos, representante do acionista Banco Regional de Brasília S.A., para funcionar como Secretário, expondo que a Assembléia se reunia na forma do edital publicado nos jornais, Correio Braziliense dos dias 13,14 e 15 e Diário Oficial da União dos dias 15, 16 e 18 do corrente mês, conforme exemplares sobre a mesa, cujo teor é o seguinte: "Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASÍLIA, Sociedade Anônima de Capital Aberto, DEMEC/RCA 220-76/331 - C.G.C. nº..... 00058578/0001-07 Capital Autorizado Cr$ 1.000.000.000,00 - Capital Social Subscrito Cr$ 777.032.500,00 - Capital Social Integralizado Cr$ 777.032.500,00 - Assembléia Geral Extraordinária -Edital de Convocação. Ficam os senhores acionistas da Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASÍLIA convocados para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 31 de agosto de 1.977, às 16:00 horas, na sede da Sociedade, sita no Setor Comercial Sul, Bloco "E", em Brasília, Distrito Federal, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1- Aumento do Capital Social Integralizado de Cr$ 777.032.500,00 (Setecentos e setenta e sete milhões, trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) para Cr$..... Cr$ 988.000.000,00 (novecentos e oitenta e oito milhões de cruzeiros) mediante incorporação de parte de Reservas Livres no valor de Cr$ 210.967.500,00 (duzentos e dez milhões, novecentos e sessenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) e consequentemente bonificação aos acionistas da ordem de 30% (trinta por cento) sobre o Capital Integralizado em 31 de dezembro de 1.976; 2 -Aumento do Capital Autorizado de Cr$ 1.000.000.000,00 (Hum bilhão de cruzeiros) para Cr$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros); Ratificação dos Honorários do Conselho Fiscal; 4 - Renúncia e eleição de Diretor; 5 - Adesão à Entidade de Seguridade Social; 6 - Outros assuntos de interesse social. Brasília (DF) 13 de agosto de 1.977. Passando à ordem do dia o Presidente deu ciência da Proposta da Diretoria sobre a matéria, nos seguintes termos: Senhores Acionistas: A Diretoria da Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASÍLIA, tendo em conta os interesses desta Empresa submete a essa Colenda Assembléia, para sua deliberação, as matérias a seguir mencionadas, acompanhadas de sucinta justificativa: 1. Apesar de publicado o Edital de Convocação, contendo o item 1, relativo a aumento de capital e distribuição de bonificação, conforme entendimentos mantidos com a TELEBRÁS, acionista majoritário da empresa, esta Diretoria entendeu conveniente retirar do exame da Assembléia a matéria constante do referido item. 2. Estando o capital integralizado da empresa bastante próximo do autorizado e considerando-se, ainda, a necessidade de futuras capitalizações, propõe a Diretoria o aumento do capital autorizado de Cr$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros) para Cr$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros), com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social. 3. Na Assembléia Geral Ordinária do corrente ano, realizada em 15/04/77,

decidiu-se que a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal seria de Cr$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros) mensais, em desacordo, portanto, com o § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76, que estabelece como mínimo 10% (dez por cento) da remuneração média dos membros da Diretoria. Com o beneplácito do Departamento Nacional do Registro do Comércio, a TELEBRÁS, por decisão de sua 212a. Reunião Ordinária de Diretoria, realizada em 31/05/77, autorizou a TELEBRASÍLIA a pagar, desde a eleição, aquela remuneração mínima aos membros efetivos de seu Conselho Fiscal, "AD REFERENDUM" da Assembléia Geral. Solicita-se desse modo aos Senhores Acionistas que ratifiquem o referido ato do acionista majoritário. 4. Conforme CT. Nº 131/77/DEF, desta data, o Diretor Econômico-Financeiro da empresa, economista José Pereira Santos, oficializou à Presidência sua renúncia ao mencionado cargo. Por essa razão, a Diretoria dá à Assembléia conhecimento do fato, encarecendo a necessidade de ser realizada a eleição do novo titular para o cargo vago.5. A TELEBRÁS, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26/07/77, decidiu instituir o Sistema TELEBRÁS de Seguridade Social, com a criação de uma Entidade de Seguridade Social dos empregados das empresas do Sistema TELEBRÁS, entidade essa já denominada SISTEL - Fundação TELEBRÁS de Seguridade Social, que tem como objetivo suplementar as prestações previdenciárias que os empregados da TELEBRÁS e das empresas do Sistema vierem a auferir do INPS, mediante a execução de um plano previdencial constituído, basicamente, da suplementação de aposentadorias, pensão, auxílio-doença, auxílio-reclusão, pecúlio por morte, além de promover o bem-estar social de seus associados. Para que as demais empresas do Sistema possam participar, como patrocinadoras, da Fundação criada pela TELEBRÁS, torna-se necessária a aprovação por esta Assembléia dos seguintes itens: a) adesão da Telecomunicações de Brasília S.A. à Fundação. b) aprovação de uma doação inicial à Fundação de Cr$ 2.400.000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros) c) aprovação, para recolhimentos mensais aos cofres da Fundação, de quantia correspondente a 7,085% sobre a folha de pagamento de salários da Empresa, sendo 4,585% referente à contribuição mensal normal e 2,5% como amortização de parte da doação inicial não integralizada, pelo tempo atuarialmente considerado suficiente para a integralização da cogitada doação inicial; Propõe, assim, a Diretoria que os Senhores Acionistas aprovem essas matérias. Atenciosamente, Areno Pires - Presidente - José Pereira Santos - Diretor Econômico-Financeiro - Paulo Cid Rodrigues Gouvêa - Diretor Administrativo - Francisco de Paula - Diretor de Operações - Gildarte Giambastiani da Silva - Diretor Técnico - Danton Eifler Nogueira - Diretor de Coordenação. Ao colocar à apreciação da Assembléia a proposta da Diretoria, o Presidente e representante da TELEBRÁS assim se manifestou sobre o item 1 do edital: "Tendo em vista que a nova Lei das Sociedades por Ações provocou algumas dúvidas de interpretação sobre vários assuntos, neles incluídos os direitos dos acionistas das sociedades anônimas, a TELEBRÁS está mantendo contacto com a Comissão de Valores Mobiliários no sentido de obter pronunciamento oficial sobre tais assuntos. Por esse motivo, decidiu, na qualidade de acionista majoritário, não discutir a matéria de distribuição de bonificações, um dos pontos em debate, até que a referida Comissão se manifeste. Após essa manifestação, o assunto voltará a ser objeto de deliberação em AGE, quando os problemas relativos ao resguardo do direito dos acionistas estarão não só satisfatoriamente como também melhor resolvidos". No que se refere aos itens 3, 5 e 2 do edital, foram aprovadas pela unanimidade dos acionistas presentes, ficando, portanto ratificada a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal e aprovada a adesão da Telebrasília à Fundação Telebrás de Seguridade Social - SISTEL, e aumentado o capital autorizado de Cr$.... Cr$ 1.000.000.000,00 (Hum bilhão de cruzeiros) para Cr$..... Cr$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros), com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social, conforme parecer do Conselho Fiscal, do seguinte teor: PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASÍLIA examinou a proposta da Diretoria, a ser submetida à Assembléia Geral Extraordinária, objetivando o aumento do capital autorizado de Cr$ 1.000.000.000,00 (Hum bilhão de cruzeiros) para Cr$..... Cr$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros) e consequente alteração do Estatuto Social em seu artigo 5º que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital autorizado é de Cr$..... 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros), dividido em ..... 2.000.000.000,00 (Dois bilhões) de ações ordinárias nominativas, preferenciais nominativas endossáveis e preferenciais nominativas, no valor nominal de Cr$ 1,00 (Hum cruzeiro). Considerando que a presente proposição é de interesse social, e se apresenta como um imperativo de ordem administrativa e financeira e também legal, este Conselho recomenda a sua aprovaçao pela Assembléia de Acionistas. Brasília 10 de agosto de 1.977. Walter Guerra do Amaral - Nildenor Cavalcante de Castro - Francisco Pereira Filho - tudo nos termos da proposta. A seguir foi submetido à apreciação o item 4 do edital referente à renúncia do economista José Pereira Santos, do Cargo de Diretor Econômico-Financeiro da TELEBRASÍLIA. O Presidente, representando o acionista TELEBRÁS, expressou agradecimentos ao Diretor renunciante pela colaboração prestada durante o exercício de seu cargo nesta Empresa e formulou votos de pleno êxito no desempenho de novas atividades profissionais. Em seguida, o Presidente colocou em discussão a eleição do novo Diretor que preencherá o cargo vago. O acionista TELEBRÁS propôs à Assembléia o nome do senhor WILLIAM IENAGA, brasileiro, casado, técnico de administração e bacharel em ciências jurídicas e sociais, natural de Pompéia, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº RG 403639, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal, com CPF nº..... 272055848/68, residente e domiciliado nesta Capital, à SHIN QL 6/1, casa 10, Península Norte, o qual foi eleito por aclamação.O Presidente declarou que o prazo do mandato e os honorários do Diretor recém-eleito são os já fixados pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 1.977. - Como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual depois de reaberta a sessão, foi lida e aprovada por unanimidade indo por todos assinada.

PAULO EDUARDO TASSANO SIGAUD	Rep.	TELEBRÁS
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO	Rep.	G.D.F.
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	Rep.	NOVACAP
ARENO PIRES	Rep.	TELEBRASÍLIA
DIOMAR DE MATOS	Rep.	B. R. B.
BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA	Rep.	TERRACAP

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIDÃO
CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JCDF, nesta data, foi arquivada sob o número: 7394
Brasília, 20 SET 1977
WALDYR PEIXOTO
SECRETÁRIO-GERAL

Junta Comercial do Distrito Federal — MIC - DNRC —

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E A CASA DE ISMAEL.
ESPÉCIE: CONVÊNIO/RENOVAÇÃO
PROCESSO: 605628/77
OBJETO: ATENDIMENTO A MENORES ABANDONADOS, EM REGIME DE INTERNATO.DESPESA: Cr$ 156.877,00 (CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E SETE CRUZEIROS).
PUBLICAÇÃO (NO D.O.D.F.): AS EXPENSAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 30 DE JULHO DE 1977.
PARTES CONVENENTES: NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES, P/"FUNDAÇÃO"; DIRCEU CORTEZ - P/"CASA"- TESTEMUNHAS: 1. CARLOS DANILO BARBUTO CABRAL DE MENDONÇA; 2. JARDELINA SOUTO PORTO.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E O PSICOLOGO NILTON ANTONIO FERREIRA.

ESPÉCIE: CONTRATO

OBJETO: LOCAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

DESPESA: Cr$ 6.015,00 (SEIS MIL E QUINZE CRUZEIROS), mensais.

PUBLICAÇÃO: (NO D.O.D.F.): AS EXPENSAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

VIGÊNCIA: SEIS (06) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA;
PARTES CONVENENTES: NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES - P/"FUNDAÇÃO"; NILTON ANTONIO FERREIRA, "CONTRATADO"; TESTEMUNHAS: 1. CARLOS DANILO BARBUTO CABRAL DE MENDONÇA; 2. JARDELINA SOUTO PORTO.

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ALEXANIA, ESTADO DE GOIÁS

CAPITULO - I -
DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Artº 1º - Sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ALEXANIA", fundada em 11/08/77, nesta cidade, onde terá sua Sede e Foro, é uma Sociedade Civil, sem intuitos lucrativos, políticos ou religiosos e de duração indeterminada, tendo por finalidade precípua, defender, amparar e orientar as classes que representa e bem assim, cooperar com os poderes públicos na solução dos problemas econômicos do Município, do Estado, e da Nação.

CAPITULO - II -
DO QUADRO SOCIAL

Artº 2º - Poderão inscrever - se no quadro social da Entidade, aqueles que tenham domicílio neste município;
a) - As Empresas mercantis e civis, individuais ou coletivas, ligadas às atividades economicas;
b) - Os membros das profissões relacionadas com as atividades econômicas e congêneres.

CAPITULO - III -
DAS CATEGORIAS DOS ASSOCIADOS

Artº 3º - As categorias dos associados serão assim atribuidas:
a) - Sócios fundadores;
b) - Sócios contribuintes;
c) - Sócios correspondentes;
d) - Sócios Beneméritos;
e) - Sócios Honorários;

CAPITULO - IV -
DA DIRETORIA

Artº 4º - A Sociedade será dirigida por uma Diretoria eleita em Assembléia - Geral, com mandato por 2 (dois) anos e será constituida de 9 (nove) membros com mandato gratuito, sendo os seguintes cargos:
a) - Presidente (eleito).
b) - Vice - Presidente (eleito).
c) - 1º e 2º Secretários (nomeados pelo Presidente)
d) - 1º e 2º Tesoureiros (eleitos).
e) - Diretor de Finanças (nomeados pelo Presidente)
f) - Diretor de Planejamento (nomeado)
g) - Diretor Social (nomeado)
Artº 5º - Compete ao Presidente:
a) - Representar a Associação nos atos da sua vida social e jurídica, inclusive, delegar poderes.
b) - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho Consultivo quando julgar necessário, orientando e regulando os trabalhos;
c) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os Cheques para movimentação de pagamentos, ordens de compras, os balancetes e documentos que implique a parte financeira da Sociedade, cuja demonstração contábil, será apresentada trimestralmente.

CAPITULO - V -
DO CONSELHO CONSULTIVO

Artº 6º - O Conselho Consultivo será constituido de 10 (dez) membros eleitos pela Diretoria, bienalmente.
Artº 7º - Ao Conselho Consultivo compete:
a) Emitir parecer sobre as questões que forem submetidas pela Diretoria, ou a requerimento formulado com assinaturas de 2/3 dos associados, (inclusive nos casos omissos do Estatuto).
b) Aprovar ou contrariar mediante pareceres sobre as decisões da Diretoria nos planos administrativos, e bem assim, com relação as contas ou despesas apresentadas pela mesma, cujas decisões, (no caso de impasse), serão levadas à Assembléia - Geral.
c) O Conselho Consultivo poderá funcionar nas reuniões programadas, com a presença de 5 (cinco) membros, juntamente ao Presidente e 1 (um) Secretário, (tornando - se autônomo nas suas decisões quando votado pela maioria).

CAPITULO - VI -
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 8º - O Patrimônio da Sociedade será constituido de bens móveis e imóveis, oriundos de donativos, jóias e mensalidades, bem como de rendas eventuais, contribuições diversas e subvenções espontâneas, auferidas dos Poderes Públicos.
Artº 9º - No caso da extinção da Sociedade, o seu Patrimônio social, (considerado líquido), reverterá automáticamente em benefício de Entidades Beneticentes, com Sede e Foro nesta cidade e a Juizo da Assembléia - Geral que, decidirá equitativamente, a quem de direito e mediante comunicação Oficial as Autoridades locais.
Parágrafo único: As obrigações sociais da Sociedade, não pesarão aos membros da Diretoria individualmente, nem sobre os sócios fundadores, pois, o CONSELHO CONSULTIVO, é autoridade autônoma e mantenedora da mais restrita fiscalização e controle da Escrituração da Sociedade, visando o equilíbrio financeiro a fim de dirimir e solucionar as obrigações assumidas.
A Associação Comercial e Industrial de Alexânia, considerar - se - á com personalidade jurídica e iniciará os seus trabalhos tão logo seja publicado este Estatuto, e, devidamente registrado no Cartório competente, quando as obrigações pessoais recairão legalmente nos quadros e cargos estabelecidos nos artigos acima figurados.

Alexânia, 11 de agosto de 1977

Presidente: Marcelo Carlos Pires, brasileiro, casado, comerciante.
Vice - Presidente: Manoel Fernandes Queiroz, brasileiro, casado, comerciante.
1º Secretário: Amancio Machado Neto, brasileiro, solteiro, comerciante.
2º Secretário: Joil de Souza Freitas, brasileiro, casado, comerciante.
1º Tesoureiro: José Ferreira Pimenta, brasileiro, casado, comerciante.
2º Tesoureiro: Maria Adelaide da Silva, brasileira, casada, comerciante.
Diretor de Planejamento: Francisco Garcez Chiquito, desquitado, brasileiro, contador e Diretor Secretario da Câmara Municipal.
Diretor de Finanças: Delcides Machado Lima, brasileiro, casado, contador.
Diretor Social: Otacilio Santos Faria, brasileiro, casado, comer iante.
Conselho Consultivo: Aparecido Tomazini, brasileiro, casado, comerciante.
Artur Borges, brasileiro, casado, comerciante.
Esmael Monteiro de Paula, brasileiro, casado, comerciante.
Wilmar José de Almeida, brasileiro, solteiro, comerciante.
Antônio Sepulveda Pereira, brasileiro, casado, comerciante.
Benigno Cardoso Neto, brasileiro, casado, comerciante.
Pedro Bonfim de Melo, brasileiro, casado, comerciante.
José de Abreu, brasileiro, casado, comerciante.
Lindolpho Soares Braga, brasileiro, casado, comerciante.
Sebastião Chaves da Silva, brasileiro, casado, industrial.
Apresente dos exemplares:
Marcelo Carlos Pires: Presidente da Associação Comercial e Industrial de Alexânia. Residente à Av. Brasília, nº 289 - Alexânia - Goiás. Firmas devidamente reconhecidas. Cartório do 1º Ofício desta Comarca de Alexânia., GO (DAR, de 22.09.77 - Cr$ 619,20)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

EDITAL DE LEILÃO

ROBERTO BRAGGIO, Leiloeiro Público Oficial, devidamente autorizado pela FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, na forma da lei, etc....

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que no próximo dia 1º de outubro de 1977, às 9:30 horas, promoverá a venda em Leilão Público, dos veículos usados, no estado em que se encontram de propriedade da FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, mediante as seguintes condições:

1 - LOCAL DO LEILÃO:

Av. W/5 - Norte - Setor de Áreas Isoladas (entrada em frente à Casa de Saúde Sta. Helena).

2 - ARREMATAÇÃO:

Os bens serão vendidos a quem maior lance oferecer, não inferior à avaliação, acrescido da comissão do Leiloeiro, no valor de 5% (cinco) por cento.

3 - PAGAMENTO:

A vista, admitindo - se um sinal de reserva de 20% (vinte) por cento no ato e mais três dias de prazo para complementação do preço oferecido; o não cumprimento do estabelecido implicará o Arrematante em perda do sinal e demais cominações previstas na lei.

4 - PRAZO PARA RETIRADA DO BEM ARREMATADO:

Cumpridas as formalidades, o arrematante terá um prazo de 5 (cinco) dias para retirar o bem arrematado, findo os quais o Orgão promotor do Leilão adotará as medidas que julgar convenientes ao seu interesse.

5 - DOCUMENTAÇÃO:

Será entregue ao Arrematante, o recibo padrão de Venda de Veículos Usados devidamente formalizado.

6 - REGULARIZAÇÃO JUNTO AO DETRAN - DF:

Correrão à conta do arrematante e obtenção de segundas vias, se porventura necessidade houver pagamento de multas, licenciamento, transferência e demais despesas pertinentes àquele Orgão.
Os interessados poderão examinar os bens a serem leiloados no local indicado, durante o expediente normal, cientes de que a venda será feita no estado em que se encontram e consoante os termos deste Edital.

LOTE	MARCA	TIPO	ANO	PLACA	AVALIAÇÃO Cr$
01	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO L - 1111	1.968	CM - 3483	35.000,00
02	FORD F/350	CAMINHÃO	1.972	CM - 3768	12.000,00
03	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 8758	9.000,00
04	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.970	AM - 8224	9.500,00
05	MERCEDES BENZ	BASCULANTE LK - 1111	1.968	CM - 3573	35.000,00
06	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO L - 1111	1.968	CM - 3523	35.000,00
07	FORD F/600	BASCULANTE	1.972	CM - 3758	24.000,00
08	FORD F/100	CAMIONETA	1.972	CA - 4447	9.500,00
09	FORD F/100	CAMIONETA	1.972	CA - 1450	3.500,00
10	FORD F/100	CAMIONETA	1.972	CA - 4417	9.500,00
11	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.970	OF - 1223	7.200,00
12	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.974	AJ - 9528	4.500,00
13	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 8708	7.200,00
14	MERCEDES BENZ	BASCULANTE LK - 1111	1.968	CM - 3503	30.000,00
15	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 8738	7.200,00
16	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.971	AJ - 8709	8.000,00
17	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 8918	7.200,00
18	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 8928	7.200,00
19	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.973	AJ - 9788	9.500,00
20.	FORD F/350	CAMINHÃO	1.972	CM - 3450	13.500,00
21	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 9028	7.200,00
22	FORD F/600	CAMINHÃO	1.967	CM - 2648	21.000,00
23	VOLKSWAGEN	SEDAN	1.972	AJ - 9818	7.200,00

VALOR GLOBAL..... 318.900,00

E, para constar passou - se o presente Edital e mais três vias de igual teor e forma, sendo que o original será afixado no local do Leilão e as demais publicadas de acordo com o determinado em lei.
Dado e passado nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, Capital da República Federativa do Brasil, aos 20 (vinte) dias do mês de setembro de 1977.

ROBERTO BRAGGIO
Leiloeiro Oficial
(DAR 22.09.77 - Cr$ 355,20)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CPJ - PRIMEIRA DELEGACIA POLICIAL
EDITAL DE CITAÇÃO

O Bel. Wisgner Damião - Delegado de Polícia, Chefe da Primeira Delegacia Policial,

FAZ SABER, pelo presente Edital, com o prazo de cinco (05) dias, expedido de conformidade com o artigo 533 parágrafo 1º. do Código de Processo Penal, que por esta Delegacia foi instaurado Processo, cujos autos foram tombados sob o nº. 320/76, contra ORLINDO SILVESTRE DA SILVA, brasileiro, casado, motorista, natural de Cumari - GO, nascido aos 11 09 49, filho de Maria Antônia de Jesus, pela prática da infração penal descrita no artigo 129 parágrafo 6º. do Código Penal Brasileiro e, por se encontrar o acusado em lugar incerto e não sabido, fica, por este, CITADO a comparecer à sede da Primeira Delegacia Policial, situada à Avenida W 5 Sul, Q. 915, nesta Capital, acompanhado de Defensor (Advogado), no próximo dia 27 10 77, às 08:30 horas, a fim de responder aos termos do aludido Processo, devendo ser qualificado, identificado criminalmente pelo sistema datiloscópico, presenciar a inquirição da vítima e testemunhas e indicar seu domicílio, sob pena de revelia. Dado e passado nesta Cidade de Brasília, Distrito Federal, aos doze (12) dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e sete (1.977). Eu, Audálio Lôpo de Oliveira, Escrivão, que o datilografei.

Bel. WISGNER DAMIÃO
Delegado Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 26/77 - CL - RA - III

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 21 (vinte e um), de outubro de 1977, na sala de reuniões da Administração Regional de Taguatinga sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas referentes a execução sob o regime de empreitada por preço global, do bloco de administração do CEAB, bem como a construção de três quadras polivalentes, situadas à QSA, Área Especial Taguatinga - DF.

No endereço acima mencionado, acha - se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 20 de setembro de 1977.
Engº. FERNANDO ANTONIO LAGES COTTA
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PCDF - CPJ - 12ª. DP - TAGUATINGA - DF.

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor RENATO HONORATO DE AMORIM, Delegado Chefe da Décima Segunda Delegacia Policial, Taguatinga, DF, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta nos autos do processo nº. 324/76, tombado nesta mesma Dependência policial, em 06/07/1976, contra JAIR DANTAS, casado, com 38 anos de idade, nascido em Januária, MG, filho de Oscar Carolina Dantas e de Carmelita Ferreira Dantas, portado da CNH - 0451306 - DF, válida até 1979, que se acha incurso nas penas do artigo 129, parágrafo 6º., c.c artigo 51, parágrafo 1º. do Código Penal, por haver, no dia 09/05/1976, por volta das 13hs 20min., colidido o veículo que conduzia, Mercedes Benz, tipo ônibus, placa ON - 1264, DF, contra o Volkswagen, tipo TL, placa AI - 0612, DF, no que resultou por provocar lesões corporais em si próprio, em ANTONIO SOARES DA SILVA e MANOEL ANASTÁCIO, encontrando - se o acusado acima citado em lugar incerto e não sabido e em observância ao disposto no artigo 533, parágrafo 1º. do Código de Processo Penal, expede o presente EDITAL, CITANDO o acusado JAIR DANTAS, retro qualificado para comparecer com seu DEFENSOR (advogado) à 12ª. Delegacia de Polícia, localizada na Área Especial do Setor 'C', Taguatinga Centro, DF, às 08:00 horas (oito) do dia 15 (quinze) do mês de outubro do ano em curso, 1977, ou nos cinco (05) dias subsequentes à publicação deste edital, a fim de se ver processar até final julgamento e para assistir com seu defensor a inquirição das vítimas antes mencionadas e das testemunhas Leslie Siqueira e Francisco Nunes de Lima.

Findo o prazo e a data acima fixados, o acusado será tido como citado e, não comparecendo, o processo terá seu curso à revelia do acusado, na forma preceituada no art. 366, da Lei formal. Dado e passado nesta cidade, aos dois dias do mês de setembro do ano de mil, novecentos e setenta e sete (02.09.1977). Eu, Joana d'Arc Veras Franco, escrivã, o datilografei.

Bel. RENATO HONORATO DE AMORIM

Delegado - Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

EDITAL Nº 12 /77-CSP

Classificação dos candidatos que constituem clientela geral para a transformação de cargos à Categoria Funcional de Agente de Serviços Públicos, do Grupo - Outras Atividades de Nível Médio, habilitados no Processo Seletivo conforme resultado constante do Edital nº 125/77-IDR, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 173, de 9 de setembro de 1977.

CLASSIFICAÇÃO	MATRÍCULA	N O M E	NOTA
1º	14.285	Ismar Martins da Silva	98
2º	4.896	Elizabeth Leer Arneitz	98
3º	7.180	Rachel Moreira Tostes Ribeiro	96
4º	7.285	Dilma Lopes da Silva	96
5º	7.676	Eduardo Benedito Chaves Vieira	96
6º	7.752	Deusília Pereira Ramos	96
7º	8.204	Regina Lúcia Pinheiro Braga	96
8º	12.581	Lidia Lemos Paraguassu	96
9º	12.758	Maria de Lourdes de Macedo Gonçalves	96
10º	3.611	Valtina Pessanha de Carvalho	94
11º	4.932	Eunice Pereira dos Santos	94
12º	9.772	Efinéas da Silva Neto	94
13º	3.422	Natércia Leite Lima	94
14º	5.301	Maria de Jesus Machado Brito Rodrigues	94
15º	13.179	Sebastião Vieira de Melo	94
16º	10.697	Enok de Andrade Barros	94
17º	4.942	Florenice Ayres da Fonseca	92
18º	6.025	Berenice Batista de Carvalho	92
19º	9.440	Ana Amélia Eleutério Rezende	92
20º	10.659	Antônio Sebastião da Silva	92
21º	2.341	Alvino Alves de Almeida	92
22º	10.123	Waldomiro de Souza Bispo	90
23º	17.591	Irinéia Maria de Souza	90
24º	14.600	Raimundo Vieira Maciel	90
25º	3.587	Therezinha do Carmo Nascimento	88
26º	946	Natal Vieira Neves	88
27º	5.435	Nercina Costa Gonçalves	88
28º	10.006	Delviene Macedo	88
29º	5.314	Maria José Sampaio Everton	88
30º	14.239	Gentil Praxedes Fernandes	88
31º	12.611	Raimunda de Oliveira Reis	88
32º	7.476	Antônio Norberto Mendes	86
33º	7.824	Dalziza Alves da Silva	86
34º	17.600	Benedito Caetano da Silva	86
35º	1.697	Oswaldo Braz de Oliveira	86
36º	944	Nilma de Oliveira Aquino	86
37º	7.733	Fernando Ozório Filho	86
38º	17.068	Antônio Lopes da Cunha	86
39º	14.120	José Dias Gonzaga	84
40º	11.946	Rômulo Ferreira Duarte	84
41º	4.888	Elidete Del'Penho Fernandes	84
42º	11.563	Silvio Mônico Ferreira	84
43º	16.802	Juvenal Vieira Dorta	84
44º	3.367	Mercilenes Faroni Gonzales	82
45º	14.332	Floriano Faria	82
46º	2.515	Francisco Benedito	82
47º	4.717	Balbina Ayres da Fonseca Santos	80
48º	10.447	Luiz Gonzaga Pereira da Silva	78
49º	6.234	Virgilina Lopes de Almeida Costa	76
50º	14.492	Fortunato Antônio Antunes	76
51º	5.844	Elisia Maria da Costa	76
52º	1.729	Valdemiro Nazário de Figueiredo	74
53	3.413	Nair Nunes da Silva	72

OBSERVAÇÕES:

Para efeito de desempate foram obedecidos os critérios estabelecidos no parágrafo único do artigo 12, do Decreto nº 2.373, de 24 de setembro de 1973.

Os servidores constantes da presente classificação terão o prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste Edital, para recorrerem, junto à Coordenação do Sistema de Pessoal, da classificação que lhes foi atribuída.

Brasília, 23 de setembro de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Coordenador do Sistema de Pessoal

Homologo o presente Edital.
Brasília, 23 de setembro de 1977

JORGE CAETANO
Secretário de Administração
do Distrito Federal
- Substituto -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 24/77 - CL - RA - III

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 17 (dezessete) de outubro de 1977, na sala de reuniões da Administração Regional de Taguatinga sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas referentes a execução sob o regime de empreitada por preço global, de um Jardim de Infância no Centro Educacional Taguatinga Sul, situado à QSD 32, Area Especial nº.s 1 e 2, em Taguatinga - DF.

No endereço acima mencionado, acha - se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 20 de setembro de 1977

Engº. GILSON RODRIGUES
Presidente da Comissão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 25/77 - CL - RA - III.

Tornamos públicos, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 19 (dezenove) de outubro de 1.977, na sala de reuniões da Administração Regional de Taguatinga sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas referentes à execução sob o regime de empreitada por preço global, dos serviços de reforma e modificações a serem realizadas no Centro Educacional de Taguatinga Sul (CETS), abrangendo: adaptação da sala de artes plásticas para 2 (dois) laboratórios; da cantina, para copa e cozinha; reforma dos sanitários e em geral.

No endereço acima mencionado, acha - se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem com outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga, 20 de setembro de 1977.

FRANCISCO CANINDÉ FERREIRA
Presidente da Comissão

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA
No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.

AVISO

ÀS EMPRESAS SEDIADAS NO D.F.

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas no Distrito Federal poderão publicar no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, seus Balanços, Atas, Editais de Assembléias, Contratos e suas alterações, com validade legal para registro na Junta Comercial do D.F. e demais efeitos jurídicos.

Nossa redação funciona no 6º andar do Anexo do Buriti e temos prazos de publicação bastante reduzidos.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA - TERRACAP

AVISO Nº 16/77

VENDA DE IMÓVEIS EXCLUIDOS DO REGIME DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, nos termos do Art. 11, da Resolução nº 06/73 - CA ("DISTRITO FEDERAL" nº164,de 28.10.73),leva ao conhecimento dos interessados que a Diretoria Colegiada da Empresa, em reunião designada para 30.09.77, examinará e decidirá sobre propostas de compras independentemente do regime de licitação, dos imóveis abaixo discriminados:

IMÓVEIS	PROCESSO	INTERESSADO
Trecho 03 - Conj."A"- Lotes 03 e 04 - STRC.	695.033/77	OTACILIO CORREIA & FILHOS - MUDANÇAS CONFIANÇA
Trecho 03 - Conj."B"- Lote 04 - STRC.	695.027/77	EDSON GOMES DE MACEDO (TRANSPORTADORA MACEDO)
Trecho 03 - Conj."C" - Lote 03 - STRC.	695.042/77	TRANSPORTES MUDALAR LTDA.
Trecho 03 - Conj."C"- Lotes 05 e 06 - STRC.	695.040/77	RODOVIÁRIO UBERABA LTDA.
Trecho 03 - Conj."D"- Lotes 01 e 02 - STRC.	695.006/77	RODOVIÁRIO CAÇULA S.A.
Trecho 04 - Conj."A"- Lote 01 - STRC.	695.003/77	MINITRALL-MINI TRANSPORTES RÁPIDOS E AUTO LOCADORA LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 01 - STRC.	695.016/77	ENTRAL-MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 02 - STRC.	695.005/77	TRANSPESO-TRANSPORTE DE PESO LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lotes 03 e 04 - STRC.	695.015/77	MUDANÇAS E TRANSPORTES PLANALTO LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 05 - STRC.	695.004/77	TRANSPORTES ESTRELA LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 06 - STRC.	695.017/77	MINAS FORTE S/A-TRANSPORTE DE VALORES
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 07 - STRC.	695.020/77	COMERCIAL TOSKID'S LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 09 - STRC.	695.002/77	TRANSPORTES SOCIETY LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 10 - STRC.	695.026/77	RIOBRÁS TRANSPORTES LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lotes 11 e 12 - STRC.	695.047/77	TRANSPORTES RODOCAP LTDA.
Trecho 04 - Conj."B"- Lote 13 - STRC.	695.007/77	TRANSBROCA S/A-TRANSPORTE DE DROGAS E MERCADORIAS
Trecho 04 - Conj."C"- Lote 08 - STRC.	695.010/77	TRANSPORTES CONDE LTDA
Trecho 02 - Conj."F"- Lotes 01 e 02- STRC.	695.013/77	TRANSPORTES GOIASIL LTDA.
Trecho 02 - Conj."A"- Lotes 01 e 02 - STRC.	695.031/77	T.V.R.-TRANSPORTADORA VOLTA REDONDA S/A
Trecho 02 - Conj."A"- Lote 03 - STRC.	695.028/77	TORA TRANSPORTES INDUSTRIAIS LTDA.
Trecho 02 - Conj."A"- Lotes 05 e 06 - STRC.	695.008/77	EXPRESSO FIGUEIREDO LTDA.
Trecho 02 - Conj."A"- Lote 09 - STRC.	695.025/77	TRANSTARTARUGA TRANSPORTES LTDA.
Trecho 02 - Conj."A"- Lote 10 - STRC.	695.024/77	TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM LTDA.
Trecho 02 - Conj."A"- Lote 11 - STRC.	695.035/77	EXPRESSO MINEIRO LTDA
Trecho 02 - Conj."B"- Lote 01 - STRC.,e Trecho 03 - Conj."A"- Lotes 01 e 02 - STRC.	695.044/77	TRANSPORTES MUDA RÁPIDO LTDA.
Trecho 02 - Conj."B"- Lotes 2 e 3 - STRC.	695.019/77	TAIMAR-TRANSPORTADORA AGRO INDUSTRIAL LTDA.
Trecho 02 - Conj."B" Lote 04 - STRC.	695.034/77	TRANSPORTES GERAIS BOTAFOGO LTDA.
Trecho 02 - Conj."C"- Lotes 01 e 02 - STRC. e Trecho 03 - Conj."B" Lotes 01 e 02 - STRC.	695.039/77	ENCOMENDA URGENTE LTDA.
Trecho 02 - Conj."C"- Lote 03 e Trecho 05 - Conj."B"-Lote 03-STRC.	694.999/77	TRANSCONTINENTAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Trecho 02 - Conj."C"- Lotes 05 e 06 e Trecho 03 - Conj"B" - Lotes 05 e 06 - STRC.	695.038/77	EXPRESSO UNIVERSO S.A.
Trecho 02 - Conj."D"- Lotes 01 e 02 - STRC.	695.135/77	TRANSPORTES FINK S/A
Trecho 02 - Conj."D"- Lote 03 - STRC.	695.029/77	COLORADO S/A-TRANSPORTADORA AGRO INDUSTRIAL
Trecho 02 - Conj."D"- Lote 04 - STRC.	695.048/77	IRMÃOS TOTOLI TRANSPORTES LTDA.
Trecho 02 - Conj."D"- Lote 05 - STRC.	695.018/77	MINERAÇÃO PEDRA PRETA LTDA.
Trecho 02 - Conj."D"- Lotes 09 e 10 - STRC.	695.009/77	BRALUZ-CASCALHO E AREIA LTDA.
Trecho 02 - Conj."D"- Lotes 11 e 12-STRC.	695.030/77	RORIZ, MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Trecho 02 - Conj."D"- Lotes 13 e 14 - STRC.	695.000/77	FOCAL-FORNECEDORA DE CASCALHO E AREIA LTDA.
Trecho 02 - Conj."E"- Lotes 01 e 02 - e Trecho 03 - Conj."C"-Lotes 01 e 02 - STRC.	695.046/77	EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS MINAS GOIÁS S/A.
Trecho 02 - Conj."E"- Lote 03 - STRC.	695.012/77	TRANSPORTES SOMUDANÇAS LTDA.
Trecho 02 - Conj."E"- Lotes 4,5 e 6 - STRC.	695.041/77	RODOVIÁRIO GOYAZ LTDA.
Lote 05 - Conj.211-Setor Residencial-CS/NUCLEO BANDEIRANTE. (regularização)	82.620/70	WALTER OTTONI DA SILVA
Lote 106 - Quadra 08-Setor Norte Residencial-CS/BRAZLÂNDIA (regularização).	690.329/77	MIGUEL ARCANJO DE OLIVEIRA
Setor de Áreas Isoladas - SAI - CRCT-CS/TAGUATINGA.	18.235/74	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA-CEB
Área destinada ao Centro de Treinamento do Grupo Telebrás-PLANO PILOTO.	694.679/77	TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA-TELEBRÁS

Torna público ainda, que qualquer manifestação de terceiros, deverá ser apresentada até o dia 26.09 .77.

Brasília, 21 de setembro de 1977

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR$ 2,00